



Índice

- 01 "A terra pra nós significa a garantia da nossa existência", dizem Munduruku ao ministro Miguel Rossetto
- 02 Índios 'trancam' BR-163 e filas chegam a 20 km
- 03 Protesto de índios em rodovia de MT gera congestionamento quilométrico
- 04 Lanchas levarão mutirões de documentação a mais de nove mil mulheres rurais na Região Norte
- 05 PRF aponta congestionamento de 12 quilômetros na BR-163 com bloqueio de índios
- 06 Protesto na Casai de Guajará encerra após negociações com indígenas
- 07 Pelo 2º dia, indígenas interditam rodovia em MT em protesto por saúde
- 08 Discriminar trabalhador indígena gera dano moral individual, não só coletivo
- 09 Indígenas do AM representam o Brasil na Seletiva Pré-Pan, em março
- 10 Entidades criticam barganha de projetos legislativos pela presidência da Câmara
- 11 Ameaçados por madeireiros, indígenas deixam isolamento e contraem doença
- 12 Governo federal recebe proposta de consulta do povo Munduruku
- 13 Crianças e jovens indígenas pedem uma educação que preserve sua cultura
- 14 Índios 'mudam planos' e não vão mais liberar tráfego na BR-163 até o meio-dia
- 15 RJ – Esquecidos em Maricá, índios guaranis vão para a telona



- 16** PEC polêmica sobre demarcação de terras indígenas deve voltar à pauta
- 17** Índios protestam durante cerimônia de posse de deputados no Amazonas
- 18** Brasil corre o risco de perder até 60 diferentes línguas indígenas
- 19** Índios discutirão, dia 9, problemas na implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés, no Ceará
- 20** Conjuntura política dos povos do Ceará e a resistência do povo Tremembé
- 21** Deborah Duprat: Sexta Câmara do MPF vai agir também sobre as hidrelétricas do Amazonas e o INSI em 2015
- 22** A crise ética e técnica do setor energético brasileiro. Entrevista especial com Célio Bermann
- 23** Audiência pública debate licenciamento de área reivindicada por índios
- 24** BR-163 volta a ser fechada por indígenas e impasse já dura três dias
- 25** Castigos infligidos a indígenas, dentro da aldeia, não afrontam a lei
- 26** Incra recebe imissão na posse de primeiro território quilombola
- 27** Povo Munduruku entrega proposta de consulta ao ministro Rossetto
- 28** Lei pode favorecer a grilagem de terras; secretária deve revogá-la
- 29** MPF/PA: Índios Munduruku e ribeirinhos entregam ao governo protocolo para consulta prévia da usina São Luiz do Tapajós
- 30** Mato Grosso questiona Governo Federal sobre demarcações no Araguaia

"A terra pra nós significa a garantia da nossa existência", dizem Munduruku ao ministro Miguel Rossetto
SÍTIO CIMI, 02.02.2015



Fonte da notícia: Por Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação - Cimi

Cerca de 30 lideranças Munduruku do estado do Pará participaram de audiência nesta sexta-feira (30) no Palácio do Planalto com o ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Os indígenas apresentaram o "Protocolo de Consulta Munduruku", documento elaborado pelo povo sistematizando a maneira com que desejam ser consultados sobre o complexo hidrelétrico do Tapajós.

Os Munduruku esperavam também a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli, que não compareceram. "É um desrespeito com nosso povo. Viajamos quatro dias para vir entregar nosso Protocolo e eles não aparecem. Isso mostra que o governo vai continuar ignorando os direitos indígenas", disse a liderança Ademir Munduruku, do Alto Tapajós.

O documento faz referência à demarcação da Terra Indígena (TI) Sawré Muybu, região do Médio Tapajós que abrange os municípios de Itaituba e Trairão, no Pará. Conforme entrevista

CONT.



concedida pela ex-presidente da Funai, Maria Augusta Assirati para a Agência Pública, o relatório de identificação e delimitação da TI, pronto e aprovado desde 2013, não foi publicado por conta dos interesses governamentais para a construção de empreendimentos hidrelétricos na região, especialmente a usina São Luiz do Tapajós. "Sabemos que o relatório está pronto. Temos vídeo da Presidência da Funai admitindo que a demarcação não ocorre por conta da hidrelétrica. O governo não está agindo com a boa fé que exige a consulta", aponta o Protocolo.

"Parece até engraçado dizer que viemos pra cobrar os nossos direitos, se o direito está garantido na Constituição Federal e assegurado por acordos internacionais" disse Ademir Munduruku a Miguel Rossetto. "Essa consulta não pode ser apenas para legitimar a construção desses empreendimentos na nossa terra. Queremos que seja respeitada a nossa decisão, e em hipótese alguma queremos a usina São Luiz do Tapajós, porque a construção desse empreendimento significa a morte, tanto para os Munduruku quanto para os ribeirinhos que habitam essa região".

O projeto da usina, com orçamento inicial de R\$ 30 bilhões, provocaria a remoção dos indígenas de Sawré Muybu, que seria alagada com a construção da barragem. A remoção de indígenas de suas aldeias é vedada pela Constituição Federal, por isso a Funai recomendou, em setembro de 2014, a suspensão do licenciamento da usina por meio de parecer interno que aponta ao menos 14 impactos às comunidades, "sendo todos negativos e 6 deles irreversíveis, mesmo pressupondo a adequada implementação de medidas mitigadoras e compensatórias".

"A Funai tem que publicar os estudos que existem, porque mostram a inviabilidade do empreendimento dessa usina dentro do Tapajós ", disse Ademir Munduruku, que também reforçou a urgência da publicação do relatório que identifica Sawré Muybu. Juarez Munduruku, cacique da comunidade, disse ao ministro que deixar a aldeia não é uma opção "Se um dia a São Luiz do Tapajós vier a ser construída e alagar minha terra eu não vou sair, vou morrer lá".

A garantia da terra é a garantia da existência

Os Munduruku, em breve explicação ao ministro Miguel Rossetto, expuseram o "valor maior" do acesso aos territórios tradicionais. "A terra pra nós significa a garantia da nossa existência enquanto seres humanos, enquanto indígenas. Pra nós a terra não é vista apenas como um instrumento para enriquecimento. Nós queremos a terra pra sobreviver, pra existir enquanto seres humanos. Queremos que respeitem nosso modo de vida, porque muitas vezes o poder econômico não entende dessa forma, entende que nós somos apenas um entrave para o desenvolvimento econômico do Brasil. Muitas vezes já foi alegado que a construção de hidrelétricas é algo necessário porque o Brasil precisa de energia. E quer dizer então que nossas vidas enquanto seres humanos não tem significado?", finalizou a liderança Ademir.



Índios 'trancam' BR-163 e filas chegam a 20 km
SÍTIO CENÁRIO MT, 30.01.2015

Cerca de 50 índios "Terenas" interditaram a BR-163, no trecho entre Itaúba e Nova Santa Helena (km 943). Eles cobram melhorias na saúde e infraestrutura, além de outros itens que consideram importantes para a sobrevivência da aldeia. Para fechar o trânsito no local, eles colocaram pneus no meio da pista e fogo em alguns pontos. O trecho da rodovia está sem desvio e o congestionamento é de 20 km nos dois sentidos.

De acordo com as informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), a rodovia segue fechada e uma equipe de Sorriso está se deslocando para dar apoio e negociar a abertura até o início da tarde. Até o momento não há informações sobre confrontos no local e o protesto segue de forma pacífica.

Os índios pedem obras de saneamento e a finalização de postos de saúde que estão inacabados. Além disto, alegam que faltam remédios e profissionais no local e que o número de viaturas foi diminuído. As bases de atendimento também estariam com a infraestrutura precária e faltaria combustível para carros, barcos e aviões.

Eles também cobram motores geradores e placas solares para obterem energia que usam para conservar medicamentos e novos horários de voos para urgência e emergência. A orientação da PRF é que os condutores evitem o local, já que não há desvio, porque a rodovia estadual que fica próxima a BR-163 e dá acesso a Marcelândia também está bloqueada.

Segundo as informações, até o momento são 20 km de congestionamento nos dois sentidos da rodovia federal. Os índios são da etnia "Terena", e são de Colíder (634 km de Cuiabá;). Ainda não há previsão para que a via seja liberada.



Protesto de índios em rodovia de MT gera congestionamento quilométrico

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 30.01.2015

*Bloqueio já passa de 6 horas e filas de veículos passam de 20 km.
Segundo a PRF, não existe a previsão de liberação da via.*

Do G1 MT

O bloqueio da BR-163 por um grupo de indígenas da etnia Terena, em Itaúba, a 599 km de Cuiabá, passou de 20 quilômetros nesta sexta-feira (27), de acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Durante a manhã, houve uma reunião entre representantes dos índios e o superintendente da PRF. Ficou acordado, de acordo com a PRF, que quase todas as reivindicações já estão sendo atendidas pelo governo federal.

O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, porém, até a publicação desta matéria não obteve resposta acerca da pauta de reivindicações dos indígenas.

Com a interdição, os motoristas estão impedidos de trafegar por esse trecho da rodovia. Os índios estão com flechas e escudos indígenas. Segundo a PRF, a situação é tensa, mas ainda não foi cogitada a utilização de força de choque. A polícia informou que busca o diálogo para um desfecho pacífico.

Os indígenas fecharam a rodovia para cobrar mais investimentos na área da saúde e melhores condições nas aldeias, localizadas no município de Colíder, a 648 km de Cuiabá. Dentre as reivindicações estão a falta de remédios, profissionais de saúde e de combustível para carros, barcos e avião. Eles também cobram a continuidade de obras de postos de saúde.

Lanchas levarão mutirões de documentação a mais de nove mil mulheres rurais na Região Norte

SÍTIO GLOBO RURAL, 31.01.2015

Novas embarcações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) irão facilitar a vida das mulheres ribeirinhas



Lanchas facilitarão acesso das mulheres rurais (Foto: Divulgação/MDA)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) acabou de adquirir duas embarcações, na Região Norte do Brasil, para facilitar acesso das mulheres ao Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Novas lanchas pretendem facilitar a vida de nove mil mulheres do norte do país. A expectativa é que as Lanchas de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (LADA's) sejam entregues em março – mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, (8/3).

Para a diretora de Políticas para Mulheres Rurais do MDA, Karla Hora, as lanchas permitirão levar os mutirões de documentação às regiões ribeirinhas de difícil acesso. "A nossa perspectiva é ampliar consideravelmente a atuação do programa na região de Belém e Santarém (PA). Serão 29 municípios atendidos, podendo chegar a 38. A nossa meta é emitir 16 mil documentos e atender mais de 9 mil mulheres."

O delegado Federal do MDA no Pará, Paulo Cunha, reforça a afirmação da diretora e diz que as LADA's levarão cidadania e políticas públicas às comunidades ribeirinhas e igarapés do

CONT.



arquipélago de Marajó e para mais de 39 ilhas da região metropolitana de Belém, do baixo Tocantins e da região oeste do estado, cortadas pelos rios Amazonas e Tapajós.

“Existe um verso conhecido de um autor do Pará que diz ‘esse rio é a minha rua’, o que traduz bem certas regiões do nosso estado, que em alguns lugares só podem ser acessadas por rio. Este tipo de embarcação que iremos receber nos ajudará a levar os mutirões do PNDTR para essa importante parcela da população que antes precisava se deslocar para cidades de maior porte para poderem retirar a documentação”, observa o delegado federal.

Segundo a coordenadora de Acesso à Terra e Cidadania do MDA, Elisângela Bezerra, a região norte é a segunda com maior demanda em todo país, ficando atrás apenas do Nordeste, onde existe uma concentração urbana bem maior. “Desde a criação do PNDTR já emitimos mais de 600 mil documentos e atendemos a cerca de 290 mil mulheres na Região Norte. Com a chegada dos barcos iremos aumentar esses números”, assegura.

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Criado em 2004, o programa percorre o Brasil com mutirões que oferecem de forma gratuita toda documentação civil, jurídica e trabalhista, com o objetivo de efetivar a condição de cidadã das trabalhadoras rurais, fortalecendo a autonomia e a inclusão produtiva, além de possibilitar o acesso às demais políticas públicas do Governo Federal.

Durante os mutirões, coordenados pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA e pelo Incra, também são oferecidas orientações sobre as políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária. O foco da ação são as mulheres, mas homens e crianças que necessitam de documentos também são atendidos.



PRF aponta congestionamento de 12 quilômetros na BR-163 com bloqueio de índios
SÍTIO SÓ NOTÍCIAS, 30.01.2015

A Polícia Rodoviária Federal informou, agora há pouco, que uma fila de veículos com aproximadamente 12 quilômetros se formou ao longo da BR-163 em ambos os sentidos, entre Nova Santa Helena e Itaúba, devido ao bloqueio realizado por índios desde esta manhã. Não houve liberação do trânsito no horário do almoço, o que fez com que a fila aumentasse. Sem contar com os vários motoristas que desistiram de esperar e voltaram ou começaram a pegar rotas alternativas pelas rodovias estaduais na região.

Os indígenas estão concentrados na rodovia desde ontem, quando advertiram que se os pedidos não fossem atendidos iriam interromper o tráfego. Reclamam obras de saneamento e postos de saúde inacabados; falta de remédios e profissionais, diminuição no número de viaturas, falta de infraestrutura nas bases de atendimento, ausência de combustíveis para carro, barco e avião, além de motores geradores e placas solares que utilizam para obter energia e conservar medicamentos e carência de horas de voo para urgências. Outra reivindicação seria a exoneração da coordenadora distrital de Saúde Indígena, que está no comando há oito meses. Esta teria suspenso contratos e convênios supostamente superfaturados, além de ter demitido alguns indígenas envolvidos nesta situação.

Uma fonte informou que foi feito contrato com representante do Sesai e com o cacique Sirenio, a maioria das reivindicações está sendo atendida. Mas não foi confirmado se será atendido pedido de exoneração da coordenadora responsável pela região.

Inicialmente seriam 60 indígenas que colocaram pedaços de madeira e pneus e atearam fogo. Mas há poucos chegaram mais manifestantes. De acordo com a PRF, o posicionamento irredutível dos índios já está causando irritação. A situação que era tranquila pela manhã, começa a ficar tensa. A polícia tem tentado manter os motoristas afastados do local do bloqueio para evitar discussões, mas os caminhoneiros estariam tentando avançar sobre o bloqueio.

A PRF informou que enquanto durar o bloqueio há a possibilidade dos motoristas passarem por rodovias estaduais em Nova Santa Helena, Marcelândia e Cláudia. Não foi informado quantos quilômetros aumentaria pegando este trajeto.



Protesto na Casai de Guajará encerra após negociações com indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.01.2015

Com verba de R\$ 3,5 milhões, construção de novo prédio já foi licitada. Ação judicial tramita no Ministério Público Federal desde 2012

Dayanne Saldanha – Do G1 RO

Após dois dias, a manifestação de indígenas, em Guajará-Mirim (RO), que fechou a Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) e ameaçou atear fogo em veículos no local, encerrou na tarde desta sexta-feira (30). O coordenador do Distrito Sanitário Indígena (Dsei) esteve no local e conversou sobre as exigências dos índios. Uma ação civil pública corre na Justiça Federal desde 2012, obrigando a União a apresentar um cronograma de reforma ou construção de uma nova sede para a Casai. Segundo o coordenador, a obra já foi licitada.

Os manifestantes tomaram a Casai na tarde de quarta-feira (28). Somente funcionários da saúde e serviços básicos foram autorizados a entrar no prédio. O protesto era para garantir que seja feita nova sede da Casai, além da contratação de pediatra e clínico geral. Segundo o cacique Milton Oro Nao, o atual prédio é antigo e não atende as necessidades dos mais de cinco mil indígenas da região. "Crianças recém-nascidas ficam na mesma enfermaria que doentes com tuberculose, hepatite e outras doenças", afirma.

O Ministério Público, sabendo de todas as irregularidades do prédio, entrou com uma ação civil pública em 2012, exigindo que a justiça cobrasse nova reforma, bem como a aquisição de novos leitos e melhor qualidade na saúde dos indígenas da localidade. Com uma verba parada de R\$ 3,5 milhões, os manifestantes esperam que agora seja aplicada na melhoria das instalações.

Até então sem respostas, os indígenas ameaçavam atear fogo em um caminhão da Funai que estava estacionado no pátio. Colocaram isopores, pedaços de madeira e deram um prazo para o coordenador do Dsei chegar até o município para debater sobre as reivindicações.

No início da tarde desta sexta-feira (30), o coordenador do DSEI Antônio Ribamar esteve em uma reunião às portas fechadas na câmara municipal de vereadores, com lideranças indígenas. Na reunião, o coordenador explicou que a verba destinada para a construção foi liberada e a obra já foi licitada. "A resposta que trouxemos aos manifestantes é que a construção da nova Casai já foi licitada. Depende apenas de uma locação para fazer os atendimentos em outro local, ainda a espera de autorização da Funai em Brasília", explica Ribamar.



Pelo 2º dia, indígenas interditam rodovia em MT em protesto por saúde

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.01.2015

Índios de duas etnias bloqueiam desde sexta-feira (30) trecho da BR-163. Eles cobram melhorias na saúde e a exoneração de coordenadora da Sesai

Do G1 MT

Trecho da BR-163, em Itaúba, a 599 km de Cuiabá, está bloqueado pelo 2º dia por indígenas das etnias Terena e Maben-Groke, neste sábado (31). Os índios fecharam a rodovia nesta sexta-feira (30) em protesto contra a falta de investimentos nas áreas da saúde e de infraestrutura em benefício das comunidades indígenas da região Norte. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a orientação é que os motoristas evitem passar pelo trecho no quilômetro 943, já que não existe alternativas de desvio.

Conforme a PRF, os manifestantes estão irredutíveis em relação à liberação da rodovia e não estão permitindo a passagem de nenhum veículo. A polícia rodoviária disse que continua tentando negociar com os indígenas sem o uso da força, sob orientação do Ministério Público Federal (MPF).

A PRF informou ainda que o cacique que lidera o movimento reforçou, por telefone, que uma das reivindicações dos manifestantes é a exoneração da coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), de Cuiabá. "O líder demonstrou insatisfação e disse que as tribos não toleram a forma com que a coordenadora vem conduzindo a unidade", informou a assessoria. o G1 tentou, mas não conseguiu entrar em contato com a coordenadora da Sesai.

Além da saída da coordenadora, os índios reclamam da falta de remédios e de profissionais nas unidades que atendem as comunidades. Eles também cobram a continuidade de obras de postos de saúde e combustível para os carros, barcos e avião usados para dar assistência aos indígenas.



Discriminar trabalhador indígena gera dano moral individual, não só coletivo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.01.2015

Revista Consultor Jurídico

Uma transportadora de cargas da região de Farroupilha, na serra gaúcha, deve pagar R\$ 10 mil a um indígena que trabalhou sem registro em carteira de trabalho nem outros direitos trabalhistas, enquanto outros colegas não índios recebiam os benefícios. Para a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), a conduta discriminatória é “evidente” e dispensa a prova do abalo sofrido pelo empregado.

Em primeira instância, o juízo havia reconhecido o vínculo de emprego, mas entendeu que o autor não tinha direito à indenização por dano moral individual, por concluir que a conduta da empresa afetaria toda a população indígena local. Segundo a sentença, o correto seria fixar indenização por danos morais coletivos, o que não foi pedido na ação.

O trabalhador recorreu e acabou conseguindo mudar a decisão. Para o relator do processo TRT-4, desembargador Marcelo José Ferlin D’Ambroso, a diferença no tratamento de empregados que desempenhavam a mesma atividade (serviço de carga e descarga) desrespeitou a honra e a dignidade do trabalhador indígena, “na medida em que, devido à sua pouca (ou nenhuma) instrução, teve sua mão de obra ilicitamente intermediada, sem registro em sua CTPS e sem reconhecimento de direitos trabalhistas básicos”.

O relator apontou ainda que a proteção ao trabalho dos indígenas é dada pelo agrupamento de quatro diplomas legais: no âmbito internacional, pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas; e, no âmbito nacional, pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973).

Em conjunto, segundo o desembargador, essas normas consagram garantias sociais e incluem acesso à Justiça, isonomia nos direitos trabalhistas e previdenciários, adaptação das condições de trabalho aos usos e costumes indígenas e assistência dos órgãos de proteção. O voto foi seguido por unanimidade. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-4.

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

Indígenas do AM representam o Brasil na Seletiva Pré-Pan, em março

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 31.01.2015

Dream Braga, de 17anos, e Nelson Moraes, de 14, buscam índice, neste fim de semana, para garantir vaga na disputa, em Santo Domingo



Nelson Moraes, o Inha (de Branco), é um dos amazonenses na briga por uma vaga na seletiva, em Santo Domingo (Foto: Adeilson Albuquerque)

Por Adeilson Albuquerque
Manaus

Este fim de semana será de expectativas para os amazonenses Dream Braga da Silva, de 17 anos, e Nelson Moraes, o Inha, de 14. Ambos são da etnia Kambeba, localizada no rio Cueiras, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Negro, e vão participar, nos dias 30 e 31 de janeiro e 1º de fevereiro, em Maricá-PR, do torneio que definirá os dois arqueiros que irão representar o Brasil na Seletiva Pré-Pan 2014.

Para alcançar a façanha, eles devem mostrar a pontaria que aprenderam praticando o esporte há um ano e alcançar o índice necessário que lhes garantirá vaga na disputa, dando-os claras possibilidades de assegurarem lugar, também, no Pan-Americano 2015, em Toronto, no Canadá, em julho.

CONT.



A Confederação Brasileira de Tiro com Arco levará uma equipe com quatro arqueiros para o torneio em Santo Domingo. No momento, o país tem garantido cinco vagas, três femininas, garantidas em 2014, na Argentina, e duas masculinas, obtidas por Marcus Vinícius e Daniel Xavier, os melhores do país na modalidade.

A grande aposta da Seletiva é Dream, podendo ser o primeiro arqueiro indígena brasileiro a participar de competições internacionais, iniciando assim sua caminhada para integrar a equipe olímpica.

As promessas

Dream e Inha (que significa coração) integram o projeto Arquearia Indígena, iniciado em 2012. O plano visa contribuir para a popularização da arquearia e fortalecer a imagem e autoestima dos indígenas da Amazônia.

A iniciativa é realizada pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e conta com a parceria do Governo do Amazonas, da Federação Amazonense de Tiro com Arco (FATARCO) e apoio da Confederação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Coipam), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND). A iniciativa foi aprovada na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06).

Entidades criticam barganha de projetos legislativos pela presidência da Câmara
SÍTIO CARTA CAPITAL, 31.01.2015

Em carta pública endereçada aos candidatos da votação que ocorre neste domingo 1º, as associações reclamam da interferência de setores privados na agenda dos deputados



Entre os projetos utilizados como "barganha" para angariar apoio, está a PEC 2015, que regulamenta a demarcação de terras indígenas, inclusive as já demarcadas

Entidades ligadas à defesa dos direitos ambientais e indígenas publicaram uma carta pública na qual repudiam a barganha entre o setor privado e os candidatos à presidência da Câmara para intervir (ou não) na tramitação de projetos de lei que afetam setores da sociedade civil. A carta, endereçada aos deputados-candidatos Arlindo Chinaglia (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Júlio Delgado (PSB-MG), cita a PEC 215/2000, que afeta o processo de demarcação de terras indígenas. A escolha do novo presidente da Câmara ocorre neste domingo 1º.

"Brasília, 30 de janeiro de 2015.

Prezados Senhores Deputados,

Arlindo Chinaglia (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Júlio Delgado (PSB-MG).

As organizações abaixo-assinadas, em apoio aos povos indígenas do Brasil, protagonistas nos

CONT.



últimos anos da Mobilização Nacional Indígena, consideram inaceitável o espírito pouco – ou nada – republicano que vem pautando articulações em torno de algumas candidaturas à Presidência da Câmara dos Deputados e da eleição da sua mesa diretora. Notícias veiculadas pela imprensa informam que grupos representativos de interesses privados vêm barganhando com alguns candidatos à presidência o endosso à tramitação de propostas que afetam direitos fundamentais da população brasileira.

Diante disso, condenamos o modo como os direitos – sobretudo os territoriais – dos povos indígenas, comunidades tradicionais e outras populações do campo, além dos direitos ambientais e das gerações futuras, vêm sendo tratados como moeda de troca entre bancadas e grupos de interesses privados representados no Parlamento.

Consideramos especialmente graves as informações de que apoios para certas candidaturas têm sido costurados com a promessa de ressurreição de proposições legislativas destinadas a limitar, reduzir e/ou extinguir direitos – tal como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215-A/2000, arquivada ao final da legislatura passada, e outras medidas similares.

Converter direitos constitucionais, historicamente conquistados pelo povo brasileiro, em objeto de barganha política é inadmissível por afrontar o Estado Democrático de Direito, rebaixando a relevante função de representação parlamentar e beneficiando interesses particulares em detrimento de direitos de grupos vulneráveis e do interesse público, com graves impactos a toda a sociedade brasileira.

A eleição para a Presidência da Câmara deve pautar-se pela discussão de temas de interesse público substantivo, voltados a um projeto de país socialmente justo, que respeite a diversidade própria do povo brasileiro, e ao aprofundamento da democracia, da participação popular e da efetivação dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna de 1988.

Assim sendo, cobramos o compromisso dos candidatos à Presidência da Câmara dos Deputados com a manutenção dos direitos fundamentais previstos nos Artigos 5º, 225, 231, 232 e ADCT 68, todos integralmente protegidos a título de cláusulas pétreas conforme dispõe o Artigo 60, §4º, IV, e com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o que inclui a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Sendo o que tínhamos a manifestar, ficamos no aguardo de seu posicionamento.

Atenciosamente.

Assinam:

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste -ARPIN-Sudeste

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-Sul

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19/ 2015

Brasília, 02 de fevereiro de 2015.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
Associação Brasileira de Antropologia - ABA
Associação Floresta Protegida - AFP
Associação Profissional de Antropologia - Aproa
Aty Guasu
Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Campanha #ÍndioéNós
Coletivo A Causa
Comissão Guarani Yvyrupa
Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP
Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
Conselho do Povo Terena
Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul
Conselho Indigenista Missionário - CIMI
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
Escola de Ativismo
Greenpeace Brasil
Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN
Instituto Socioambiental - ISA
Movimento de Apoio aos Povos Indígenas - MAPI
Uma Gota No Oceano
WWF- Brasil"



Ameaçados por madeireiros, indígenas deixam isolamento e contraem doença
SÍTIO CEDEFES, 01.02.2015

Apenas um mês após fazer contato com aldeia próxima, contraíram gripe três indígenas isolados forçados a deixarem sua terra pelo avanço da extração de madeira, na região noroeste do Estado do Maranhão, no Brasil. Amakaria, Jakarewÿj e Irahoa, pertencentes ao povo Awá, viviam isolados na Terra Indígena (TI) Caru havia cerca de 30 anos. No fim do ano passado, entretanto, eles retornaram para antiga aldeia e acabaram contraindo o vírus, para o qual não têm imunidade.

O contato foi feito no último dia 27 de dezembro. Os três indígenas foram vistos por outros Awá, que caçavam na cabeceira de um igarapé. Dispostos a restabelecerem comunicação com eles, retornaram para a aldeia e voltaram com mais duas dezenas de membros da tribo. Os isolados acabaram regressando para a aldeia com eles, onde viviam até meados dos anos 1980. Na época, os três haviam se recusado a continuarem vivendo com seu povo após um contato feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e optaram pela autonomia do isolamento, voltando para a floresta no meio da noite.

O caso foi divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Segundo a entidade, que esteve na aldeia dos Awá, no período de 07 a 09 de janeiro deste ano, os isolados estavam cercados por madeireiros, que abriram trilhas pela mata e já haviam marcado árvores para a derrubada. "Então, dissemos: vamos com a gente, senão os madeireiros vão matar vocês. Aí, eles vieram", relatou Mihaxa'a, membro da tribo, ao Conselho.

A terra onde os isolados viviam comporta uma grande área de coco babaçu, de onde provinha parte da alimentação dos indígenas isolados. Aponta o Cimi que eles também caçavam aves e possuíam considerável acervo de flechas e adornos feitos com as penas dos animais. Feito o contato, Irahoa foi levado de carro pela Funai para a aldeia Tiracambu, onde já foi tomado como esposo de uma índia. Já as duas mulheres, Amakaria e Jakarewÿj, estão vivendo em uma casa na aldeia dos próprios Awá.

Vetores de contágio

O que ocorre é que na região onde estão vivendo há muitos vetores de contágio de doenças. Em entrevista à Adital, Rosana Diniz, conselheira do Cimi Regional Maranhão, alerta que estão em contato frequente com os indígenas alguns trabalhadores da mineradora multinacional Vale, que constroem postos de saúde próximo às aldeias para mitigar os impactos da extração de minério. No início deste mês, o Cimi já havia advertido que as obras da mineradora deveriam ser interrompidas por pelo menos 40 dias, dada a presença dos indígenas recém-contatados nas aldeias.

CONT.



Além disso, Rosana afirma que moradores de povoados próximos, que seriam incentivados pela própria Funai a trabalharem no plantio dentro das aleias, convivem com os indígenas sem utilizarem instrumentos que previnam contaminação, como máscaras e luvas. "O que soubemos pela Funai é que essas pessoas foram imunizadas, sobretudo os trabalhadores da terceirizada da Vale, mas a gente não tem como comprovar", observa a conselheira.

"A última informação que tivemos de lá veio de um dos médicos que atendem na região. Disse que eles contraíram gripe e que estavam sendo medicados, mas que a situação estava estável", relata a conselheira à Adital. Segundo o Cimi, a iniciativa dos Awá que viviam isolados na TI Caru de aceitarem fazer comunicação com os demais Awá acontece num momento em que cresce a exploração e degradação ambiental nas terras indígenas no Maranhão.

Quem são os Awá

Os Awá vivem no Maranhão, mas também no vizinho Estado do Pará. Acredita-se, no entanto, que eles tenham origem na região do Baixo Tocantins, pertencendo a um grupo étnico mais amplo, separado pela expansão luso-brasileira na área. São nômades e vivem principalmente da caça e da coleta.

Grande parte deles está em contato com a Funai desde 1973, sob o argumento do governo brasileiro da necessidade de facilitar o atendimento médico e a segurança alimentar do grupo. Os Awá são vítimas recorrentes de invasão de território por pecuaristas, agricultores e madeireiros, o que, muitas vezes, provoca conflitos violentos.

Fonte: Por Marcela Belchior, em Adital.



Governo federal recebe proposta de consulta do povo Munduruku

SÍTIO CEDEFES, 01.02.2015

Estamos todos aguardando e lutando para que além de RECONHECEREM O ÓBVIO, ou seja, que os índios têm direitos, que CUMPRAM O QUE DETERMINA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL e demarquem as terras indígenas e quilombolas!

O ministro Miguel Rossetto (Secretaria-Geral) recebeu nesta quinta-feira (30) das mãos de representantes do povo indígena Munduruku, proposta de consulta baseada na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“Vocês fazem parte da nação brasileira e são portadores de direitos”, afirmou Rossetto ao saudar o povo Munduruku. “É nossa responsabilidade garantir estes direitos”. De acordo com o ministro, o documento entregue pelo cacique Juarez Sow será analisado pela Secretaria-Geral e também pelo Ministério da Justiça e Funai-Fundação Nacional do Índio, órgãos responsáveis pela política indigenista do país.

O encontro aconteceu no auditório do Palácio do Planalto, em Brasília, e contou com as presenças de cerca de 30 lideranças indígenas, de representantes de ribeirinhos de comunidades do rio Tapajós, Ministério Público Federal do Pará, Funai e entidades da sociedade civil.

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.



Crianças e jovens indígenas pedem uma educação que preserve sua cultura

SÍTIO CEDEFES, 01.02.2015

Depois de muitas denúncias de bullying, os pequenos indígenas, que atualmente dividem uma escola com 'brancos', evitam ir ao local com seus adereços típicos

Aproxima-se mais um ano letivo da rede municipal de ensino e, com ele, uma velha preocupação para os pais de 21 crianças e adolescentes da etnia Karapanã, que moram às margens do rio Tarumã-açu, Zona Metropolitana de Manaus.

Por não terem uma escola indígena com ensino regular, são obrigados a se deslocarem, precariamente, para dividir espaço com alunos "brancos" na escola Paulo César da Silva Nonato, também no Tarumã-açu. Depois de muitas denúncias de bullying, os pequenos indígenas evitam ir estudar usando adereços típicos de suas tradições culturais, como brincos, colares e pinturas no corpo.

"Na escola anterior (Santo André), nossas crianças foram vítimas de racismo e preconceito por parte da gestora. Ouviam palavrões, eram colocados para trabalhar no mato, sem o acompanhamento de um monitor, enfim, eram intimidadas. Levamos ao conhecimento da Funai e do Ministério Público Federal (MPF), mas o problema só foi resolvido quando tiramos as crianças de lá", relata Maria Alice da Silva Paulino, 33, mãe de quatro filhos, líder comunitária indígena da etnia Karapanã.

Bianca Paulino, 17, teve razões de sobra para desistir de estudar. Para chegar à escola Adelaide Tavares, no bairro Alvorada, Zona Centro-Oeste de Manaus, ela saía às 10 da manhã, atravessava o rio Tarumã num casquinho de madeira e andava mais um quilômetro até a parada do primeiro ônibus (que só passa de duas em duas horas). Imagine o retorno, 22h, tendo de enfrentar, no último trajeto, a travessia de uma rota constante de grandes lanchas. Outros cinco alunos do Ensino Médio continuam a "via sacra" todos os dias.

Reconhecimento

A proposta é que Município, Estado e União atentem para a necessidade de preservar a cultura e a integridade moral das crianças, reconhecendo uma das áreas ocupadas pela etnia para a construção de uma escola indígena que tenha também o ensino regular.

Por iniciativa dos próprios indígenas, existe uma pequena cobertura de 20 metros quadrados, sem paredes, piso de barro e sem energia elétrica. Nesse espaço, três vezes por semana, crianças, jovens e adultos aprendem sobre a cultura indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19/ 2015

Brasília, 02 de fevereiro de 2015.

De acordo com Maria Alice, a área (aproximadamente três hectares) na margem direita do Tarumã-açu, onde moram três famílias Karapanã, já está em processo de reconhecimento, faltando a titularização, embora esteja na faixa considerada como Área de Proteção Permanente (APP).

“Precisamos de uma escola de qualidade, com tecnologias que acompanhem tanto as tradições indígenas quanto o conhecimento dos não-indígenas”, apela Alice. A educação indígena começa desde os primeiros anos com alimentação, medicinas tradicionais, o aprendizado da língua, pesca, caça e sobrevivência.

Fonte: Nelson Brilhante – A Crítica.



Índios 'mudam planos' e não vão mais liberar tráfego na BR-163 até o meio-dia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.02.2015

Em Só Notícias

Uma das lideranças indígenas das tribos Terena e Maben-Grokre, Bemoro Metuktire, informou, esta manhã, ao Só Notícias, que a BR-163, no trecho entre Nova Santa Helena e Itaúba (cerca de 95 quilômetros de Sinop), foi desbloqueada e que ficaria liberada até o meio-dia, sendo retomada a interdição à tarde. "Ainda aguardamos resposta de Brasília sobre a exoneração da coordenadora de saúde indígena", disse. Porém, eles mudaram planos e trancaram a rodovia, há poucos instantes, sem previsão de liberá-la.

Questionado sobre os motivos da cobrança, Metuktire afirmou que a coordenadora do Sesai tem sido "autoritária" com os indígenas. "Ela não desenvolve o trabalho dela e não cumpre as normas da lei. Ela simplesmente faz o que quer, como demitir funcionários antigos que tinham bons conhecimentos. Ela também quer municipalizar a saúde indígena. A gente vai continuar na estrada até Brasília dar uma resposta", ressaltou.

Conforme Só Notícias já informou, as negociações continuam e, até o momento, não houve avanço na pauta de reivindicações. Já a PRF continua mantendo a cautela e pedindo para que os motoristas evitem passar pela região. A assessoria informou que foi realizada uma consulta ao Ministério Público Federal sobre medidas a serem tomadas e foram informados para manter o diálogo e sem uso da força.

Em conversa por telefone, o cacique Sirenio, líder do movimento, reforçou o pedido de exoneração da coordenadora do Sesai. Como não há evolução nas conversações, foi pedido intervenção da Funai nacional e Ministério da Justiça, mas até agora nada mudou.

Ontem, os indígenas liberaram a rodovia entre 10h e 14h, mas bloquearam novamente durante a tarde e à noite. Eles mantiveram o bloqueio também durante esta madrugada e não permitiram a passagem de carretas, caminhões e veículos. Somente ambulâncias passaram.

A Funai está analisando as reivindicações e procurando atendê-las para que o grupo libere a rodovia. Eles também reclamam obras de saneamento e postos de saúde inacabados, falta de remédios e profissionais, diminuição no número de viaturas, falta de infraestrutura nas bases de atendimento, ausência de combustíveis para carro, barco e avião, além de motores geradores e placas solares que utilizam para obter energia e conservar medicamentos e carência de horas de voo para urgências.

A pista foi bloqueada na sexta-feira (30), por 60 indígenas que colocaram pedaços de madeira e pneus e atearam fogo. A PRF indica como rota alternativa algumas rodovias estaduais de acesso aos municípios de Santa Helena, Marcelândia, Cláudia e chegando na BR-163. O número para informações sobre o bloqueio é o 191.

RJ – Esquecidos em Maricá, índios guaranis vão para a telona
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 01.02.2015

Prefeitura prometeu ajudar indígenas



Por Daniel Pereira e Maria Inez Magalhaes, em O Dia

Rio – Uma novela em produção e uma missão: encontrar figurantes com características indígenas. Foi o que levou a produtora Renata Real até Itaipuaçu, distrito de Maricá, onde conheceu a aldeia Ara Owy Re. Lá, vive uma família de 25 guaranis. Mas o que deveria ser uma simples seleção para a TV virou causa pessoal: “Fiquei muito impressionada com as condições em que vivem. Não têm nada!” E assim surgiu a ideia do documentário ‘Guarani M’Byá — Índio Gente’, que está em finalização. “Toda a renda será doada aos índios”, diz, reforçando que eles ainda podem entrar na novela.

O filme mostra um dia de festa na aldeia. “Me encantei. São pessoas muito simples que querem pouco para viver. O cacique me pediu uma casa de reza porque queria agradecer pela ajuda”, lembrou. A trilha sonora é dos próprios índios. Crianças cantam e tocam instrumentos.

CONT.



Porém, nem tudo é motivo de festa. Os guaranis chegaram a Itaipuaçu há um ano e dois meses, vindos de Aracruz, no Espírito Santo. Mas, de acordo com o cacique Felix Karaí Brisuela, de 68 anos, saíram de Porto Alegre em 2000 e desde então estão viajando pelo Brasil. "Fomos visitar os parentes. Depois seguimos", conta ele num português enrolado.

A dificuldade no idioma é explicada: entre eles, só se comunicam pela língua indígena e as crianças só aprendem português quando completam 10 anos. Depois de tanta andança, o cacique diz que quer ficar em Maricá. Porém, todo o grupo vive hoje apenas do Bolsa Família de duas filhas dele. "Recebi só R\$ 105 esse mês, menos do que o mês passado, mas não sei o motivo disso", disse Maria Helena Gonçalves Brisuela, 43 anos.

Felix conta que não pode plantar porque não há condições. "Só fiz uma roça de milho. Temos que comprar comida no supermercado", revela desanimado. A aldeia fica longe do centro e eles não têm transporte. Mesmo assim, vão à praia vender artesanato. As mulheres fazem cestinhas e bijuterias com palhas e sementes, os homens talham animais em madeira.

Luz elétrica não existe — usam lamparina — e a água é captada de uma nascente por uma mangueira. "Já ficamos 15 dias sem água porque a fonte secou", alerta Maria Helena, lembrando que as crianças não estudam. O cacique quer que elas sejam ensinadas na aldeia. "Tenho medo das coisas que acontecem lá fora. É muita coisa ruim acontecendo lá", se assusta.

São três moradias, todas em condições precárias. A casa de Felix é feita de pau a pique e foi construída depois que a antiga (que era de palha) pegou fogo, em novembro. "Queimou tudo. A gente não estava aqui. Não sei o que aconteceu", lamenta o cacique.

A Prefeitura de Maricá informou que auxilia os índios guaranis dentro das limitações legais, uma vez que todo o atendimento às populações indígenas deve ser conduzido pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A ajuda se dá por meio de mantimentos e roupas. "Além de serem beneficiados pelo programa Bolsa Família, todos os índios da aldeia, incluindo o cacique e as crianças, receberam um cartão da Bolsa Mumbuca, moeda social que permite compras mensais de R\$ 85 no comércio da cidade", disse em nota.

Ainda de acordo com a prefeitura, professores e uma merendeira serão contratados para que as crianças possam estudar. a previsão é de que as aulas comecem ainda este mês num espaço que ainda será construído. Outra promessa foi a doação de uma caixa d'água.

A Funai produziu um relatório antropológico sobre a aldeia, mas alega que falta funcionários para dar assistência ao grupo de forma sistemática. Já o Ministério do Desenvolvimento Social explicou que o critério para recebimento do Bolsa Família é unicamente a renda, válido para todos os brasileiros. "Não há diferença nos critérios entre a população indígena e a população em geral", afirma a nota.

Foto: Vinte e cinco pessoas da mesma família moram em terreno doado em Itaipuaçu. No local não tem transporte público, luz elétrica e escola, além de faltar água e comida. Foto: Estefan Radovicz / Agência O Dia.



PEC polêmica sobre demarcação de terras indígenas deve voltar à pauta

SÍTIO O POVO ONLINE, 01.02.2015

Proposta polêmica submete ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil



Índios contra a polêmica PEC chegaram a invadir plenário em 2013

Marcada pelo confronto entre indígenas e agricultores, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil, pode ter sua análise retomada neste ano.

O coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), defensor da PEC, ressalta que o debate sobre os territórios indígenas é de interesse da bancada ruralista. O deputado Chico Alencar (Psol-RJ), contrário à proposta, também acredita na retomada da discussão.

No final de 2014, não houve consenso nas reuniões da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC, impossibilitando a votação do relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC). A proposta ainda tem de ser analisada em dois turnos pelo plenário. Com o final da legislatura, ela será arquivada, mas poderá ser reapresentada na nova sessão legislativa, que será aberta no dia 2 de fevereiro.

A PEC foi apresentada pelo ex-deputado Almir Sá em março de 2000, incluindo entre as atribuições exclusivas do Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras indígenas. A palavra final do Legislativo seria dada por meio de decreto.

Serraglio apresentou relatório favorável à aprovação da medida, mas sugeriu algumas mudanças ao texto original. Entre elas, a previsão de que a demarcação seja feita por projeto de lei de iniciativa do presidente da República, e não por meio de decreto, como ocorre hoje.

O texto de Serraglio também prevê o direito de indenização dos proprietários de terras demarcadas pelo descumprimento do prazo constitucional para início da demarcação, fixado em cinco anos a partir de 1988.

CONT.



Mais mudanças

Luis Carlos Heinze afirma que, além da aprovação da PEC, a bancada defende mudanças na Portaria 303/12, da Advocacia-Geral da União, que estabelece condicionantes para a demarcação de terras indígenas no País; e em regras da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Justiça, como a forma de encaminhamento dos laudos antropológicos que fundamentam as demarcações. "Temos de mudar, isso não pode ficar ao bel prazer de quem ideologicamente quer conduzir o processo", critica. (da agência Câmara)

Índios protestam durante cerimônia de posse de deputados no Amazonas
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 01.02.2015

*Grupo cobra melhorias na administração de recursos.
24 deputados estaduais eleitos em 2014 tomam posse neste domingo (1º).*



Protesto ocorreu no dia de posse de deputados em Manaus (Foto: Suelen Gonçalves/G1 AM)

Um grupo de índios fez um protesto em frente à Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), em Manaus, para cobrar melhorias na administração de recursos destinados aos povos indígenas no estado. O ato ocorreu momentos antes do início da cerimônia de posse dos 24 deputados estaduais eleitos nas eleições 2014. A ação foi pacífica.

Participaram do protesto índios de seis etnias, entre elas Cocama, Tikunas e Mura.

Os manifestantes também afirmam que há articulação para extinguir a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind). "Somos a maior concentração indígena do Brasil, e queremos que nossa secretaria não seja extinta. Precisamos de pessoas interessadas em administrar

CONT.



bem os recursos destinados aos índios e é isso que estamos cobrando hoje", disse o cacique Messias Cocama.

A solenidade de posse teve início às 10h. O grupo de manifestantes foi autorizado a acompanhar a solenidade no auditório da Assembleia.

Do total de parlamentares eleitos no estado, 14 deputados foram reeleitos. Os deputados estaduais empossados neste domingo vão fazer parte da 18ª legislatura da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam).

Está prevista para ocorrer, após a cerimônia, a votação dos membros da Mesa Diretora do biênio 2015/2016.

Brasil corre o risco de perder até 60 diferentes línguas indígenas

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 01.02.2015

Idioma materno é um instrumento de autoafirmação da identidade e da cultura

Nos próximos 15 anos, o Brasil corre o risco de perder até 60 diferentes línguas indígenas o que representa 30% do total estimado de idiomas falados pelas diversas etnias no país. Na avaliação de especialistas, isso representa uma perda irreparável tanto para as culturas indígenas quanto para o patrimônio linguístico cultural mundial. Eles também defendem que esses idiomas que levaram séculos para se desenvolver são fundamentais para a manutenção de outras manifestações culturais, como cantos e mitos.

"Esse é um patrimônio que pertence não só à comunidade brasileira como ao mundo", defende o diretor do Museu do Índio, José Carlos Levino.

Apesar de algumas iniciativas isoladas de valorizar as línguas desses povos como a do município de São Gabriel da Cachoeira (AM) que, em 2002, tornou o tukano, o baniwa e o nheengatu línguas co-oficiais da cidade, estima-se que mil idiomas indígenas brasileiros tenham sido extintos nos últimos 500 anos. Na maioria dos casos, isso ocorreu com a extinção da comunidade de falantes, ou seja, dos próprios índios. Hoje, entretanto, o maior risco não está mais no extermínio da população indígena, mas sim nos processos de escolarização, na exploração da mão de obra e inclusive nos programas sociais que favorecem a entrada da televisão em todas as aldeias.



Estima-se que mil idiomas indígenas brasileiros tenham sido extintos nos últimos 500 anos. Isso representa uma perda irreparável para o patrimônio linguístico cultural mundial

TÂNIA REGO/AGÊNCIA BRASIL

Para os indígenas, o idioma materno é um instrumento de autoafirmação da identidade e da cultura. No Rio de Janeiro, em uma área de proteção ambiental, um grupo de 60 índios usa sua própria língua, o guarani, como forma de manter tradições e se comunicar. Atualmente, apenas cinco das cerca de 200 línguas indígenas faladas no Brasil têm mais de 10 mil falantes.

Durante as primeiras décadas de ocupação portuguesa, o tupi antigo foi a principal língua de

CONT.



comunicação entre índios, europeus e uma geração de brasileiros mestiços que começava a povoar o território nacional. Mas perdeu a força em meados do século 18, quando o então primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, proibiu o uso e o ensino do tupi no Brasil e decretou o português como língua oficial. Há ainda línguas indígenas que, por sua complexidade e dinâmica, acabaram virando objeto de estudo e desafiaram teorias consagradas da linguística, caso da língua pirahã.

Apesar de a Constituição garantir uma educação diferenciada aos indígenas, com escolas próprias que ensinem o idioma nativo, uma série de dificuldades estruturais comprometem a qualidade desse ensino. Faltam professores treinados e material didático, por exemplo. Diante disso, muitos jovens passam a frequentar escolas urbanas.

O governo afirma que tem buscado investir na formação de professores indígenas para garantir que a língua materna seja passada para as crianças nas escolas. O Ministério da Educação (MEC) também alega que tem investido na pesquisa e documentação de línguas indígenas, na preparação de materiais didáticos e na construção de escolas destinadas a esses povos. Para o diretor do Museu do Índio, entretanto, a forma como as escolas nas aldeias são estruturadas não contribui para a preservação da cultura e da língua desses povos. (Vitor Abdala/Agência Brasil)



Índios discutirão, dia 9, problemas na implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés, no Ceará

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 01.02.2015

MPF/CE - Reunião agendada para 9 de fevereiro também analisará possíveis impactos da suspensão do projeto da Refinaria Premium II para a reserva

Domingo, Dia 01 de Fevereiro de 2015

O Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) e índios Anacés vão se reunir no dia 9 de fevereiro, às 14 horas, na sede do órgão, para discutir problemas relacionados à implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés, na Região Metropolitana de Fortaleza. Na ocasião também serão avaliados possíveis impactos da suspensão do projeto da Refinaria Premium II para a reserva.

Tramita no MPF procedimento que apura denúncia de problemas na construção das casas previstas no projeto Taba dos Anacés. Lideranças indígenas informaram as que obras estariam causando danos ao meio ambiente, por conta de aterramento de uma lagoa. Também relataram irregularidades em dimensões das residências, utilização de materiais de baixa qualidade nas obras e que equipamentos de segurança não estariam sendo utilizados por trabalhadores contratados pela empreiteira.

A implantação da reserva indígena ficou definida em termo de compromisso assinado, em novembro de 2013, pelo MPF, Petrobrás, Governo do Estado, Funai, Governo Federal e Comunidades Indígenas Anacé de Matões e Bolso. O termo prevê a implantação da reserva numa área de 543 hectares, com a construção de 163 casas para as famílias Anacé, além de água, energia, posto de saúde e escola indígena, com recursos do governo estadual e da Petrobras, totalizando R\$ 30 milhões.

Fique por dentro - As comunidades indígenas de Matões e Bolso estão sofrendo fortes impactos sociais e ambientais com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), dos empreendimentos já existentes e dos que se encontram em fase de instalação, das obras de infraestrutura pública e privada em andamento.

O Ministério Público Federal acompanhou por dez anos os Anacé em sua reivindicação pela demarcação de seu território. Em 2008, o procurador regional da República Francisco de Araújo Macêdo Filho recomendou ao Governo do Ceará que suspendesse desapropriação de terrenos na área até que se realizem os estudos de identificação e delimitação.

Em 2009, a pedido do MPF, os peritos em antropologia do órgão, Sérgio Brissac e Marco Paulo Schettino, e o Professor de Geografia da UFC Jeovah Meireles elaboraram parecer técnico que

CONT.



apresentava uma alternativa locacional a empreendimentos do CIPP e embasou uma ação civil pública proposta pelo MPF, visando garantir a permanência dos Anacé em Bolso e Matões. Mas os pedidos liminares não foram deferidos. E foram sendo implantadas na região duas termelétricas e uma usina siderúrgica.

Antes da assinatura do termo de compromisso e após um longo período de incertezas para os indígenas, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF promoveu reuniões que resultaram em uma solução para o caso com a participação de todas as partes envolvidas. A área que abrigará a reserva, definida conjuntamente com as comunidades indígenas, foi aprovada pela Funai, através de estudos antropológicos e ambientais.



Conjuntura política dos povos do Ceará e a resistência do povo Tremembé
SÍTIO CIMI, 02.02.2015

Ao romper o silêncio, eles desafiaram não apenas os posseiros, latifundiários, empresários e políticos locais, que há anos praticam invasões em seus territórios, mas também a própria história oficial que afirmava não haver mais índios no Ceará.

Ao mesmo tempo, as elites locais e internacionais impõem à sociedade cearense um projeto de modernização capitalista que está modificando completamente a paisagem do Estado. Sob a máscara do velho discurso do progresso, prometem emprego e desenvolvimento, mas, na verdade, trata-se de projetos nitidamente elitistas e concentradores de renda, uma nova colonização que não respeitam o meio ambiente nem a dignidade das pessoas, com fortes impactos negativos no modo de vida das populações tradicionais, tanto do sertão quanto do litoral.

No entanto, o povo resiste! Da luta, ainda hoje resistem homens e mulheres entre Jenipapos Kanindé, Anacé, Pitaguari, Tapeba, Potiguara, Kalabaça, Kanindé de Aratuba, Tremembé, Tapuia e Cariri.

São povos que, hodiernamente, enfrentam o desprezo e descaso das autoridades para com eles. Diriam alguns: Mas estes recebem nosso apoio! Porém, as autoridades oficiais parecem não compreenderem muito as suas reais necessidades, que vão desde condições mínimas de sobrevivência – como saúde, moradia, luta pela terra, à preservação das tradições culturais que, como sabemos, corre um sério risco frente à globalização etnocêntrica.

É neste contexto que presenciamos hoje uma forte ofensiva contra os povos indígenas e uma intensa campanha de negação de suas identidades e direitos constitucionais.

Em Itapipoca, o grupo empresarial internacional Nova Atlântida nega a existência dos Tremembé de São José e Buriti e alega a posse das terras ocupadas secularmente por estas populações, apesar de uma liminar que embarga a construção de um grande complexo hoteleiro e imobiliário por este grupo, concedida pela Justiça Federal e confirmada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) 5ª Região do Recife.

Nesses últimos anos sofrem com as tentativas de criminalização, impedimento de demarcação de terras e invasão de seus territórios. Em dezembro de 2007 a Fundação Nacional do Índio (Funai) recebeu "recomendação" do Ministério Público Federal (MPF) no Ceará, ultimando-a a iniciar os estudos de identificação e delimitação das terras reivindicadas pelos Tremembé de Itapipoca desde 2005, sem resultados. O procurador Ricardo Magalhães de Mendonça também assegurou às lideranças dos Tremembé o direito de participação em todas as fases do procedimento de identificação e demarcação da Terra Indígena.

CONT.



Em 2008, informações vindas da Funai sinalizavam com otimismo o trabalho de demarcação para início de 2009, mas até o momento a situação continua paralisada.

Nos últimos 12 anos a paz e a tranquilidade no povo Tremembé de Itapipoca tem sido atordoada pelo empreendimento espanhol Nova Atlântida. São constantes as ameaças e agressões contra a comunidade. No dia 5 de janeiro a Comunidade Tremembé prendeu quatro funcionários da Funai. Os indígenas protestavam por celeridade na resolução de conflitos com não-índios e com a empresa Nova Atlântida, que insiste em manter empreendimentos turísticos em suas terras. Dia 9 de janeiro foram liberados os quatro funcionários que estavam sendo mantidos nas aldeias São José e Buriti, em Itapipoca após receberem um documento por email, enviado por representantes da Funai em Brasília, com garantias de resolução do impasse, eles permitiram que os funcionários deixassem o local.

As políticas indigenistas governamentais têm-se revelado incapazes de assegurar os direitos indígenas. Isso se reflete no Congresso Nacional onde o Estatuto dos Povos Indígenas encontra-se paralisado há mais de 12 anos. Enquanto os recursos orçamentários diminuem para a demarcação e garantia das terras, crescem os recursos para políticas assistencialistas, geradoras de dependência e desmobilização.



Boletim de Notícias - Edição nº 19/ 2015

Brasília, 02 de fevereiro de 2015.

Deborah Duprat: Sexta Câmara do MPF vai agir também sobre as hidrelétricas do Amazonas e o INSI em 2015

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.02.2015



Canal MPF

Na série de entrevistas com os coordenadores das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, chegou a vez da Sexta Câmara, que tem como objetivo proteger e preservar a cultura de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

[Assista ao vídeo.](#)

A crise ética e técnica do setor energético brasileiro. Entrevista especial com Célio Bermann

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.02.2015

"Se a forma de submissão que nos caracteriza persistir, está claro que não existem outras alternativas", avalia o pesquisador



Por Ricardo Machado – IHU On-Line

O setor energético brasileiro entrou janeiro imerso em crise, não somente ética, mas também técnica. Os dois problemas são históricos.

O primeiro, relativo à ética, diz respeito aos impactos ambientais e sociais dos projetos de construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, refletindo negativamente nas comunidades indígenas e ribeirinhas.

O segundo se refere ao planejamento técnico com relação a construção de tais hidrelétricas, em que nos períodos de estiagem a produção de energia se torna insuficiente. "É muito fácil para um governo que tem demonstrado absoluta incompetência na gestão energética, que relegue a 'São Pedro' seus problemas. Isso faz com que a população acabe entendendo que são problemas da natureza, que fogem do nosso controle", aponta Célio Bermann em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Soma-se a isso o aumento das tarifas de energia elétrica, o corte seletivo no abastecimento de

CONT.



luz, cujas populações pobres são as mais afetadas, e a aposta do Estado no crescimento industrial do setor eletrointensivo, sob a justificativa de superar uma recessão econômica que vem sendo alardeada desde a nomeação do novo grupo de ministros. Frente a esse cenário, o professor não vê alternativas senão uma mudança de paradigma. "O nosso modo de consumo precisa ser reconsiderado. Isso exige do Brasil e do mundo um debate que ainda hoje não está devidamente estabelecido. Nós estamos discutindo o futuro do planeta, as dificuldades com os combustíveis fósseis em função das mudanças climáticas, e essa discussão toda tem pertinência, mas deve ser acompanhada pela questão de fundo que é o tipo de sociedade que a humanidade quer constituir e consolidar para as gerações futuras", argumenta. "Continuarmos no mesmo barco que hoje estamos não tem saída. Não há alternativa sob o ponto de vista ecológico, econômico e ambiental", completa.

"A qualificação do que está acontecendo com os povos indígenas, seja em função de obras hidrelétricas, com os Araras, com os Kaiapós, no Rio Xingu, e a ameaça que passa a ser irreversível para os Mundurucus na bacia do Tapajós, mostram que a qualificação pode ser etnocídio, genocídio, que são termos fortíssimos e que têm sido utilizado por lideranças indígenas com quem eu tive oportunidade de ouvir", relembra Bermann. "Se a forma de submissão que nos caracteriza persistir, está claro que não existem outras alternativas", enfatiza.

Célio Bermann é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

Também é autor de diversas publicações, entre as quais citamos Energia no Brasil: Para quê? Para quem? – Crise e alternativas para um país sustentável (São Paulo: Ed. Livraria da Física/FASE, 2002); e As novas energias no Brasil: Dilemas da inclusão social e programas de Governo (Rio de Janeiro: FASE, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line – Recentemente a Aneel informou que a bandeira tarifária da energia elétrica a partir de janeiro de 2015 passou a ser a vermelha, com maior custo ao consumidor, pois o volume de água nos reservatórios é menor. Passados dois anos da aprovação da MP 579, que contradições se tornam mais evidentes?

Célio Bermann – Eu tive a oportunidade de conceder uma entrevista ao IHU logo depois da edição da MP 579 em que eu já prognosticava o que ia acontecer. Que a ausência de Estados importantes para o sistema de produção e distribuição de energia elétrica, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, não por coincidência, administrados pelo PSDB, traria uma implicação política indesejável. Foi uma medida que não teria como se sustentar do ponto de vista econômico e financeiro. Exigiria recursos do tesouro nacional e que de forma indireta, e não vamos esquecer que sempre que os recursos se referem a Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, não são

CONT.



bancos, não é dinheiro que vem das árvores, mas do nosso bolso, é o contribuinte que acaba sendo onerado por esse tipo de situação.

O que estamos vivenciando hoje é um Governo que tenta apagar um incêndio que ele mesmo provocou. A MP 579 foi adotada de uma forma absolutamente intempestiva. Quando toda a lógica, inclusive econômica e financeira, apontava cuidados para os riscos que seriam incorridos com a arbitrariedade que a MP 579 nos foi imposta, pelo governo Dilma-Sarney. Os expedientes como “bandeira tarifária” são alegorias para o marketing das ações do governo, mas que não têm nenhuma fundamentação a não ser tornar mais penalizado o consumidor de energia elétrica. São situações vivenciadas há muito tempo. Não é por acaso que o sistema elétrico brasileiro, que depende três quartos da fonte de energia de geração da hidroeletricidade, portanto não é nenhuma novidade situações de estiagem que provocam a redução dos volumes de energia que podem ser produzidos através das cerca de 200 usinas hidrelétricas com mais de 30 megawatts, que hoje operam no Brasil. Destas, cerca de 100 Usinas Hidrelétricas têm potência superior a 100 megawatts.

IHU On-Line – Então esta questão toda do aumento das tarifas não é um efeito colateral, mas planejado?

Célio Bermann – É muito fácil para um governo que tem demonstrado absoluta incompetência na gestão energética, que relegue a “São Pedro” seus problemas. Isso faz com que a população acabe entendendo que são problemas da natureza, que fogem do nosso controle. É verdade que uma estiagem prolongada como essa que está acontecendo, não apenas em alguns Estados, e ocorre de uma forma bastante ampliada, gera problemas. Embora o nível de reservatórios seja agora constantemente publicizado, as informações disponibilizadas não são possíveis de serem aferidas e confirmadas (sempre questiono os índices apresentados pelo órgão regulador, mas não estou dizendo que duvido, porém não temos condições de comprovar a veracidade das informações que nos são repassadas).

Vou dar um exemplo aqui da Região Metropolitana de São Paulo que sofre de uma forma incisiva a falta de coordenação do governo do Estado de São Paulo com a gestão da água e do problema que é hoje a restrição hídrica, não só da região, mas de todo o Estado. Apesar das últimas chuvas torrenciais, em pontos localizados, a própria imprensa noticia a felicidade de ter chuvas torrenciais no reservatório do Sistema Cantareira e no dia que se sucedem às chuvas, os indicadores que são publicizados revelam que ou os reservatórios mantiveram a mesma quantidade de água, de 8% a 10% da capacidade, o que é bastante reduzida, ou até diminuíram.

É a forma que o governo de São Paulo tem de manipular a opinião pública deixando-a em pânico, ao mesmo tempo que afirma que não há necessidade de racionamento, quando o racionamento existe desde junho de 2014 e, ao mesmo tempo, preparar a opinião pública sobre a necessidade de economia da água através da divulgação de informações que os reservatórios continuam vazios. Então essa desinformação transcende não só o sistema elétrico, mas também o sistema de gestão de água no nosso país.

CONT.



Essa desinformação não é aleatória, não resulta da incompetência dessas áreas de serviços públicos. Ela é a forma hoje com que empresas e governos, sejam estaduais ou federais, tratam de assuntos que têm uma influência direta e incisiva na qualidade de vida das populações. Todos nós precisamos de água e precisamos de energia elétrica em função das necessidades que nos são impostas pela chamada modernidade. Somos então, totalmente dependentes do fornecimento de energia elétrica, e da água, e a ausência deste fornecimento nos determina situações extremas de redução da qualidade de vida de uma forma bastante rigorosa.

Então para voltar ao assunto da bandeira tarifária, que foi o assunto tratado inicialmente. É o bolso do consumidor de eletricidade no Brasil que está em jogo. Não nos esqueçamos que a tarifa já é, comparativamente a outros países, uma das mais caras do mundo. Isso diz respeito, inclusive, ao sistema produtivo, às indústrias que necessitam da energia elétrica para a sua produção. Tarifas extremamente altas, que segundo vamos acompanhando junto à imprensa, terão aumento de valores superiores a 30%. Alguns cálculos, dependendo da companhia concessionária, podem chegar até 50% em relação a tarifa que estava vigente até 2014. É o consumidor que está pagando pelos erros com que governos e empresas que prestam os serviços de geração e distribuição de energia elétrica estão repassando para a população, infelizmente.

IHU On-Line – E por que isso ocorre, mesmo o Brasil tendo mais de cem usinas hidrelétricas de grande porte?

Célio Bermann – É uma discussão antiga que eu tenho com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB quando ele cita que temos duas mil usinas hidrelétricas no Brasil. O número atual correto é de 1.159 usinas (fonte: BIG-Banco de Informações de Geração da Aneel). Nós temos um número grande de micro usinas chamadas de Centrais Geradoras Hidrelétricas, (com até 1.000 quilowatts; as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs como até 30.000 quilowatts; e depois as usinas superiores a capacidade das PCHs chamadas UHEs). São números vigorosos em função da proeminência da geração de energia elétrica a partir da água no país.

Entretanto, se temos cerca de três quartos da geração a partir de usinas hidrelétricas, e esta forma de geração é considerada como a mais barata, porquê temos uma das tarifas mais caras, e essas tarifas ainda vão sofrer nos próximos dois a três anos, acréscimos da ordem de 30ª 50%?

IHU On-Line – Em que categoria se enquadram as usinas hidrelétricas de grande porte, as quais o senhor destaca que o Brasil possui mais de cem unidades? Elas teriam capacidade de atender qual população?

Célio Bermann – Eu faço referência a usinas com mais de 100 megawatts de potência. Mas com relação à população que pode ser atendida, essa conta precisa ser vista com bastante cuidado. É complexo, pois uma coisa é a potência – capacidade de produção – e outra é a

CONT.



energia – quilowatts/hora. O fator de capacidade de usinas hidrelétricas no país é na média, de 55%. Entretanto, afirmar que uma determinada usina hidrelétrica tem a capacidade de atender “milhões de domicílios” ou “milhões de brasileiros” é falso. O consumo domiciliar é da ordem de 25%. A esse consumo devem ser agregados os demais setores de consumo: industrial, comércio e serviços, público, entre outros.

Isso tem sido utilizado de uma forma insidiosa para poder propagandear, dirigir para o público de uma forma geral, que o projeto de grandes usinas hidrelétricas – inclusive as que estão sendo construídas hoje nos rios da Amazônia – são imprescindíveis e que atendem “milhões de domicílios e milhões de brasileiros”. Então isso é uma forma, fantasiosa, mentirosa, de propagandear os eventuais benefícios da geração hidrelétrica.

Isso porque, o consumo de energia elétrica se distribui no nosso país da seguinte forma: 50% da energia elétrica é consumida pelo setor industrial. Isso já define o perfil de desenvolvimento econômico que cada vez mais o Governo e empresas vão privilegiando e reforçando. Em função do modelo de desenvolvimento industrial e econômico, chamo a atenção para o fato de que a metade do consumo industrial corresponde a apenas seis setores.

No Brasil, há um problema muito grande que é o fato destes setores serem eletro-intensivos, são setores que consomem muita energia para cada unidade produzida. Estamos falando de seis setores: cimento, produção de aço, alumínio (metais não-ferrosos), ferro-ligas (ramo da metalurgia), petroquímica e, por último, o setor de papel/celulose. Esse grupo é responsável pelo consumo de ¼ da energia produzida no Brasil.

Quando a gente encontra dizeres de que “a Usina Hidrelétrica de São Luis do Tapajós tem capacidade de gerar energia para mais de 14 milhões de moradores, nós estamos recebendo uma informação falsa, destituída de fundamento e que apenas alimenta a propaganda e a obsessão em se construir usinas hidrelétricas no país.

Depois da usina de Belo Monte no rio Xingu, principal projeto do Governo para a expansão da produção de energia elétrica da Amazônia, são as usinas previstas no rio Tapajós. O que a ação desse marketing faz? Traz ao público a necessidade de sua construção, pega a potência instalada do projeto, faz um cálculo de quantos domicílios poderiam ser atendidos, dando a falsa ilusão de que tantos domicílios da população brasileira é que vão consumir a energia elétrica, com a falsa impressão que isso vai melhorar a qualidade de vida da população, e que isso também vai ser importante para o crescimento econômico.

Para quem vai a energia?

Porém não fica evidenciado que esta energia tem 50% de probabilidade de ir para a indústria, e que a metade desta indústria é constituída por setores eletrointensivos, cujo principal objetivo é produzir produtos para o mercado internacional, através da exportação com alto conteúdo energético.

CONT.



Tomemos como exemplo o alumínio primário. O Brasil produz atualmente cerca 1,6 milhão de toneladas de alumínio, e cada tonelada de alumínio produzida exige por volta de 15.000-16.000 quilowatts/hora.

Consideremos que um domicílio, em média no Brasil, gasta cerca de 155 quilowatts/hora por mês, ou 1840 quilowatts/hora por ano. Essa é uma média pois não considera os domicílios de alto poder aquisitivo, que consomem muito mais. Isso sem contar Estados mais pobres, como o Maranhão, onde o consumo domiciliar médio por mês é de 80 quilowatts/hora. Trata-se de um consumo que ainda é baixo no Brasil, em função do nível de renda do conjunto da população que ainda é pequeno. Não vamos nos esquecer disso! Dessa forma, os consumidores de energia elétrica convivem com a propaganda que é feita para cada uma das usinas que vem sendo propostas.

Então a conta, que responde à pergunta, deve ser feita assim: se a tonelada de alumínio consome 15.000-16.000 quilowatts/hora e uma família consome, em média 1.840 quilowatts/hora por ano, o fato é que a produção anual de alumínio primário no país é da ordem de 24 bilhões de quilowatts/hora, equivalente ao consumo médio anual de 13 milhões de domicílios.

A conta que deve ser publicizada é quanto de energia elétrica que está sendo consumida pelo país está indo para o uso domiciliar. Os dados oficiais do Balanço Energético Nacional (MME, 2014) indicam que apenas cerca de 25% vai para os domicílios. Isso para parar de propagandear, que "a usina X é necessária porque fornecerá energia elétrica para X milhões de habitantes".. Isso é uma inverdade, porque o consumo domiciliar no Brasil é da mesma ordem dos seis setores que mais consomem, da ordem dos 25%, ou seja, apenas ¼ da produção dessa usina que "deve ser construída" vai alcançar os domicílios.

Sistema elétrico

O sistema elétrico funciona como um pulmão, onde cada elétron que é produzido vai onde ele é chamado. E a probabilidade da corrente elétrica ir para um domicílio é de apenas 25%. Trata-se de definir prioridades para o atendimento. E o Governo está priorizando o atendimento para a produção industrial eletrointensiva, com consequências desfavoráveis para a economia do país, pois se tratam de produtos de baixo valor agregado e alto conteúdo energético.

Várias destas indústrias eletro-intensivas são de capital transnacional. Várias destas fábricas produzem, única e exclusivamente, para a venda de seus produtos no mercado externo. Isso diz respeito a algo importantíssimo, que venho chamando atenção há tempo, que é a necessidade de discutirmos política energética e política industrial, coisas, estas, que não são separadas.

A forma como o governo, mas não somente o atual, todos os anteriores também, conduz a política energética é como uma caixa preta, em que a população não tem acesso aos processos

CONT.



decisórios, onde as decisões atendem a interesses de poucos, via de regra as construções de grandes hidrelétricas atendem aos interesses das empreiteiras e o exemplo mais evidente deste tipo de orientação é a Usina de Belo Monte.

IHU On-Line – Como se caracteriza o sistema elétrico brasileiro?

Célio Bermann – O sistema elétrico brasileiro se caracteriza por ser extremamente extenso, o que não deixa de ser favorável, em função do esforço histórico de interligar sistemas e promover o intercâmbio inter-regional.

IHU On-Line – Como o senhor avalia o apagão ocorrido no dia 19 de janeiro?

Célio Bermann – O evento da tarde do dia 19 de janeiro, quando o Operador Nacional do Sistema – ONS determinou a empresas concessionárias de distribuição de energia de dez Estados o corte no fornecimento para “alívio de carga do sistema”, evidenciou, na minha opinião, ao menos cinco problemas graves:

1- O sistema elétrico nacional parece estar operando no seu limite. Apesar da nota do ONS, posteriormente divulgada, assinalar que houve um “problema técnico” com a interrupção do fornecimento de energia do sistema Norte-Nordeste para o sistema Sudeste (principal centro de carga do país) o que significaria que o sistema de geração opera com folga. No dia seguinte (20 de janeiro) o próprio ONS determinou a importação de energia da Argentina, o que desmentiu a sua afirmação anterior.

2- Os diversos agentes do setor (ONS, Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Ministério de Minas e Energia – MME) não estão conversando entre si. Perguntados pela mídia nacional, durante a interrupção do fornecimento, o MME e Aneel nada sabiam e nada disseram, remetendo ao ONS a tarefa de dar à população brasileira as explicações sobre do ocorrido. O que é inadmissível!

3- O corte no fornecimento de energia é seletivo. Cada concessionária procede ao desligamento seletivo dentro da sua área de concessão, desligando as pontas do sistema, isto é, as regiões periféricas, o que acentua o caráter da distribuição desigual de renda, pois as pontas do sistema, via-de-regra abrigam as populações de baixa renda.

4- Esta interrupção seletiva deveria ser acompanhada pela Aneel, de forma a evitar e penalizar eventuais cortes em setores prioritários como serviços de infraestrutura urbana (redes ferroviárias, sistemas de metrô, e principalmente, serviços de saúde como Postos médicos e Hospitais). A Aneel não foi previamente avisada, ficando a decisão do corte a critério de cada uma das concessionárias de distribuição envolvidas.

5- O Ministério de Minas e Energia e seu Ministro de ocasião, Eduardo Braga, a quem caberia levar à população informações técnicas de garantia do suprimento de energia, colocou a população do país nas “mãos de Deus”, assegurando que “Deus é brasileiro”. Atitude esta, a

CONT.



meu ver, irresponsável e leviana, sujeita a penalização por improbidade através de uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, o que não aconteceu.

IHU On-Line – O que é, exatamente, o Operador Nacional do Sistema?

Célio Bermann – Como disse, o sistema elétrico brasileiro se caracteriza por ser extremamente extenso, o que não deixa de ser favorável, em função do esforço histórico de interligar sistemas e promover o intercâmbio inter-regional. O ONS tem a atribuição de monitorar o sistema de despacho de carga (geração e transmissão) de acordo com a demanda. A tecnologia atual possibilita que o ONS execute essa tarefa em tempo real, podendo antecipar eventuais desequilíbrios entre a oferta e a demanda.

O despacho de carga é realizado pelo critério econômico, colocando no sistema, que é interligado, isto é, possibilitando intercâmbios de energia entre as várias regiões do país, a energia elétrica de menor custo de produção, acrescentando na medida das necessidades, e de forma sucessiva, custos maiores. Cabe assinalar que o país ainda não é totalmente interligado, havendo ainda áreas (1,7% da energia requerida no país, conforme informações do próprio ONS), constituídas por sistema isolados.

IHU On-Line – De onde se origina a justificativa apresentada, que o apagão foi estratégico para não ocorrer pane ainda maior? Tecnicamente isso é provável?

Célio Bermann – O ONS procedeu a uma ação de caráter preventivo, evitando assim que um apagão de maiores proporções ocorresse. Esse é o único mérito do operador: se antecipar a uma sobrecarga do sistema que poderia ter graves consequências. Uma sobrecarga poderia determinar o desligamento de subestações, se o sistema não encontrasse condições de redundância (o sistema procura alternativas no sistema antes de desligar). Outros equipamentos estão, em princípio, disponíveis, como banco de capacitores, dispositivo que atua para corrigir a instabilidade do sistema (alteração da frequência, quedas de tensão, fator de potência irregular).

O nosso problema maior é que tais possibilidades técnicas exigem condições adequadas de manutenção. E temos um sistema energético que não investe como o desejável, na manutenção. Os sucessivos “apagões” que estão ocorrendo é uma evidência da manutenção inadequada do sistema.

IHU On-Line – Depois de o governo garantir que não haveria apagão, por que agora o sistema parece ter entrado em colapso?

Célio Bermann – Infelizmente estamos assistindo atualmente a um exercício de ilusionismo por parte do Governo. Ele fala que faz, o que as evidências demonstram o contrário.

IHU On-Line – Por que mesmo diante deste cenário a construção de Belo Monte é injustificável? Por que ela não resolve a questão energética no Brasil?

CONT.



Célio Bermann – Embora eu já tenha referido isso em outra entrevista ao IHU, é importante retomar. Primeiro, a Usina de Belo Monte tem uma capacidade instalada 11.233 megawatts, obra propagandeada como a “terceira maior hidroelétrica do mundo”, a “a maior usina nacional” (pois Itaipú é bi-nacional). Temos uma situação prevalente, particularmente, na região do Amazonas, que é uma região sob o ponto de vista geográfico, com extensas planícies o que implica em que os barramentos projetados acabam represando grandes áreas.

Nesse quadro geográfico mais geral, existem na região falhas geológicas que se estendem desde as bacias do rio Tapajós, passando pelo rio Xingu até encontrar o rio Tocantins. Nessa linha de falha geológica estão as corredeiras onde foi inicialmente construída a Usina de Tucuruí no rio Tocantins, agora está sendo construída Belo Monte no rio Xingu, e estão previstas duas usinas (São Luiz do Tapajós e Jatobá) no rio Tapajós. A falha geológica proporciona grandes desníveis no relevo que foram transformados em “grandes potenciais hidrelétricos”.

O primeiro projeto de usina no rio Xingu (na época denominada Kararaô), apresentado em 1989, teve uma resistência muito grande dos povos indígenas que se manifestaram em Altamira, no Pará, mas foi reapresentado em 2005 durante o primeiro mandato do governo Lula, com alterações, não na geração de energia, mas na disposição da área a ser alagada. Foi reduzida a área de alagamento de 1.230 quilômetros quadrados para alegados 516 quilômetros quadrados, que foi o que constou no EIA/Rima. Vale lembrar que no contrato de concessão a área indicou 668 quilômetros quadrados.

Isto é outra forma indigna porque penaliza ribeirinhos e populações na beira do rio, transformando-o em reservatório. Existe uma legislação absolutamente caduca em relação à seguridade social dessas populações. Via de regra, aparece como questão a ser dimensionada posteriormente ao início das obras, mas nunca, nunca atingiram um resultado concreto, expressivo.

Lembro da satisfação e da alegria do pessoal do MAB quando o presidente Lula, ainda no final do seu primeiro mandato, definiu através de uma resolução a necessidade das obras hidrelétricas levarem em conta as populações atingidas, através do cadastramento prévio. Isso teve um efeito propagandista muito grande, mas nada foi feito em benefício das populações atingidas.

IHU On-Line – Como as populações tradicionais, os ribeirinhos e, sobretudo, as comunidades indígenas, são impactadas por tais construções? De que forma tais projetos, além de não resolverem as questões a que se propõem, causam danos ainda maiores?

Célio Bermann – Como a área de alagamento foi artificialmente reduzida, o volume de água na área reduzida foi concentrado em um canal de derivação, que tem o porte do Canal do Panamá, cujo volume de pedras e de terra a ser removida é equivalente, justamente para evitar que duas áreas indígenas (Paquicamba e Arara) fossem afogadas pelo reservatório. Existia a preocupação de que, em função da legislação – se é que ela pode ser considerada

CONT.



como a regra que esteja sendo realmente seguida – a obra pudesse ser inviabilizada.

Esse é um recurso jurídico previsto ainda nas disposições transitórias da Constituição Federal de 1988 (art. 67) que permanecem como questões a serem consolidadas e nunca o foram. Então há estes aspectos que dizem respeito às populações tradicionais, que tem a ver com a Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que prevê a inviabilidade de empreendimentos de infraestrutura que afetem as populações indígenas.

Foi feito este artifício de “resolver” o problema dos dois territórios indígenas nas áreas do reservatório de Belo Monte e, com isso, propôs-se um empreendimento hidrelétrico, que em função de suas características, com a ausência de um grande reservatório de acumulação – e não estou com isso dizendo que sou favorável a um reservatório de grande acumulação nas barragens na Amazônia. Nesse tipo de usina a água regulariza a produção energética e, ao regularizar, ela não fica única e exclusivamente dependendo do fluxo de água.

A vazão do rio Xingú é extraordinariamente grande (15 a 22 mil metros cúbicos por segundo) nos meses de janeiro a maio, capaz de aproveitar a capacidade instalada de mais de 11.000 megawatts. Mas que nos outros meses do ano se reduz significativamente. Isso chega a ponto de no mês de outubro, quando a estiagem é mais pronunciada, registros históricos já demonstraram vazões menores que 700 metros cúbicos por segundo. Este problema acaba fazendo com que no mês de outubro apenas 10% de Belo Monte tenha capacidade de produzir energia elétrica.

A questão é: qual é a lógica de um projeto com esta natureza? Sob o ponto de vista econômico e financeiro, a lógica é muito simples de ser questionada. O investimento inicial orçado em R\$ 17 bilhões de reais, previsto na licitação da obra, (hoje já sabemos, ultrapassa a cifra de R\$ 33 bilhões) não terá condições de ser amortizado no prazo de 30 anos, em função da tarifa definida no leilão em abril de 2010, de R\$ 78 o megawatt/hora, que não irá remunerar o investimento. Não é por outra razão que é o BNDES, ou seja, o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, dinheiro público, dinheiro de todos nós, é que está financiando 80% dessa megaobra.

Na época, ainda da discussão de viabilidade de Belo Monte, antes dela ser aprovada, eu havia solicitado ao BNDES, em função do caráter público do banco, que se verificasse se o empréstimo de R\$ 25 bilhões iria trazer segurança ou ausência de risco. Na época a Eletrobrás, para viabilizar a tomada de empréstimo junto ao BNDES se comprometeu a comprar 20% da energia elétrica que seria gerada por Belo Monte, (em função da legislação atual, seria a energia elétrica destinada ao mercado livre), por R\$ 120 o megawatt/hora, quando na licitação da obra o consórcio vencedor, que é a Norte Energia, definiu a tarifa na ordem de R\$ 78 o megawatt/hora. A empresa pública Eletrobrás irá comprar uma parcela da energia, representando um acréscimo de 54% do valor definido no leilão. Ainda antes dessa questionável decisão da Eletrobrás eu e meus alunos fizemos cálculos sobre as condições de operação e chegamos à conclusão de que a taxa de retorno de Belo Monte era negativa, portanto, não remunerava o investimento. Isso justifica a ausência de aporte de capital privado nessa obra.

CONT.



É desta forma que Belo Monte nos foi enfiada “goela abaixo”, para utilizar a expressão de D. Erwin Kräutler, bispo de Altamira. Ela não resolve a questão energética no Brasil, é injustificável sob o ponto de vista econômico e financeiro e ela é uma tragédia do ponto de vista socioambiental.

Quem vai hoje a Altamira constata o que resultou da ausência do poder público para acompanhar todas as condicionantes socioambientais que foram desconsideradas pelo consórcio construtor de Belo Monte. Do ponto de vista socioambiental não há nenhum indicador que nos mostre o compromisso com as necessidades de infraestrutura e atendimento básico, que era uma das condicionantes das obras. Isso sem falar das inúmeras outras condicionantes também desconsideradas.

IHU On-Line – Qual é o impacto das grandes hidrelétricas do ponto de vista das regiões que deveriam ser áreas de preservação?

Célio Bermann – Tive a oportunidade, em novembro de 2014, de visitar a região de Santarém, no oeste do Pará, e subi o Rio Tapajós, na área em que está prevista a Usina de São Luís do Tapajós. Quando estive nesta pesquisa de campo, tive contato com as populações ribeirinhas e, particularmente, um contato bastante intenso com lideranças dos povos de etnia Munduruku, que habitam a região. A qualificação do que está acontecendo com os povos indígenas, seja em função de obras hidrelétricas, com os Arara, com os Kaiapó, no Rio Xingu, e a ameaça que passa a ser irreversível para os Munduruku na bacia do Tapajós, mostram que a qualificação pode ser etnocídio, genocídio, que são termos fortíssimos e que têm sido utilizado por lideranças indígenas com quem eu tive oportunidade de ouvir.

Isso também diz respeito aos projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação- REDD por meio do controle de desmatamento, em que populações indígenas como a do Acre, e não nos esqueçamos que está é uma política do Estado do Acre, do senhor Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores, que está provocando um genocídio, nas palavras de lideranças indígenas como o cacique Ninawa, do povo Huni Kui, , porque são projetos impostos que retiram às populações indígenas o acesso a água e ao alimento a título de preservação ambiental.

Temo que a bola da vez, o Rio Tapajós, que possui uma região geográfica lindíssima – este rio tem características diretamente vinculadas com a beleza cênica – além de uma riquíssima biodiversidade ainda desconhecida, seja totalmente transformado, caso a obra da Usina de São Luís do Tapajós seja efetivada.

Há uma resistência bastante grande da população indígena. A forma como isso está sendo tratado dentro do governo ficou evidenciada em um encontro das lideranças Munduruku com o ex-ministro Gilberto Carvalho, que nessa reunião foi taxativo como o governo Dilma-Sarney tinha sido com Belo Monte. Ele disse “sim”, “pois não”, “nós vamos ouvir vocês, mas não terão direito ao veto. A decisão já foi tomada”.

CONT.



A primeira reação da população foi de desespero, vendo que estavam diante de um fato consumado. E, em segundo lugar, sabendo que a sua terra estava sendo diretamente atingida pelas obras. Não é por acaso que a demarcação do território de alguns grupos indígenas da região está atravessando anos, mesmo com o empenho da Fundação Nacional do Índio – Funai em que as direções são afastadas ou renunciavam em função da cobrança em torno da não demarcação de terras.

Eles resolveram, e eu tenho acompanhado isso por meio de colegas da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, em que a comunidade indígena está procurando fazer o que eles chamam de “autodemarcação”, já que não conseguem oficializar por meio dos órgãos competentes e ausentes para fazer isso.

A própria Funai tinha feito um primeiro estudo de demarcação, que foi suspenso por ordem superior. Nas conversas que houveram no ano passado entre lideranças da etnia Munduruku com a Funai, a ex-presidente, Maria Augusta Assirati, foi afastada depois de dizer claramente que estava sendo pressionada para a não demarcação das terras Sawré Muybu na região do médio Tapajós.

Ao mesmo tempo, não nos esqueçamos que a própria Dilma, por meio da Medida Provisória no. 558 de 6/01/2012 (ressalto que os governos estão sendo insidiosos do ponto de vista socioambiental), a Presidência da República desafetou áreas de preservação ambiental, justamente, as que seriam atingidas pelos reservatórios projetados. Essa desafetação mostra estratégia do governo de desconsiderar situações de fato e de Direito, de áreas de preservação ambiental e ocupadas por populações tradicionais de longa data.

A forma insidiosa como o Gilberto Carvalho chamou atenção para a impossibilidade de veto, demonstra o caráter tecnocida, etnocida, genocida ou qualquer outra qualificação que possamos dar, ao que os últimos governos fizeram com a questão indígena. Eu não me restrinjo ao governo do PT, isso já era evidente em governos anteriores e se arrasta desde a época da Ditadura Militar.

IHU On-Line – Podemos considerar esse modelo como neodesenvolvimentista? Quem ganha e quem perde com esses projetos megalômanos?

Célio Bermann – Acho um erro qualificar esse modelo como “neo” alguma coisa. Não há nada de novo. O que nós discutimos é a prevalência de estratégias e formas de conduzir as questões que não são, de forma nenhuma novas. Apenas reproduzem o que já aconteceu de longa data em nosso país. Este desenvolvimentismo que é apregoado aos governos Lula-Sarney e Dilma-Temer é um modelo submetido aos interesses do capital internacional, ele não tem nada de desenvolvimentista.

A desejável discussão do modelo nacional de desenvolvimento nunca foi feita em nosso país, nem por esses governos, nem pelos anteriores, que apenas reforçam este caráter de submissão. Não digo com isso que não se deva levar em consideração que hoje nós vivemos

CONT.



em mundo chamado de globalizado, mas eu diria que as questões relacionadas à política industrial reforçam esse caráter de submissão. Ao mesmo tempo percebemos uma característica que opera apenas como propaganda das questões do desenvolvimento.

Não é por acaso que estamos verificando há bastante tempo indicadores de desenvolvimento e o Produto Interno Bruto – PIB nos é, particularmente, indicativo dessa fragilidade (ainda que ele não seja um indicador inválido, mas tem sido utilizado para mostrar as condições pífias de nosso desenvolvimento). Esse modelo é apenas a reprodução do caráter, já histórico em nosso país, de submissão ao capital internacional.

Nessas condições, enquanto não tivermos na agenda do país discussões importantes envolvendo a população sobre o que queremos para o Brasil, vamos continuar nessa situação seja o governo que estiver no poder.

IHU On-Line – Em termos tecnológicos, que alternativas existem para suprir a demanda energética cada vez mais crescente? Há saída ou precisamos reconsiderar nosso modo de consumo?

Célio Bermann – Se a forma de submissão que nos caracteriza persistir, está claro que não existem outras alternativas. Se o Brasil continuar apostando, como está indicado em documentos do governo, isto é, dados oficiais, na expansão dos setores eletro-intensivos, isso vai requerer mais energia. Segundo dados oficiais, a produção de aço vai mais que duplicar, a produção de ferro-liga vai duplicar, a produção de alumínio vai duplicar, a produção de celulose vai mais que duplicar, a extração e beneficiamento do minério de ferro vai triplicar.

Nessas condições haverá necessidade de grandes blocos de produção de energia. Não adianta ficar pensando em energia eólica, energia solar, biomassa, como alternativas tecnológicas para suprir a demanda energética. Se a demanda continuar a subir da forma como está hoje estabelecida não tem jeito. Não há como, do ponto de vista tecnológico, cobrir esta demanda sem grandes blocos de produção de energia.

É necessário que esta demanda seja redimensionada. O nosso modo de consumo precisa ser reconsiderado. Isso exige do Brasil e do mundo um debate que ainda hoje não está devidamente estabelecido. Nós estamos discutindo o futuro do planeta, as dificuldades com os combustíveis fósseis em função das mudanças climáticas, e essa discussão toda tem pertinência, mas deve ser acompanhada pela questão de fundo que é o tipo de sociedade que a humanidade quer constituir e consolidar para as gerações futuras.

Continuarmos no mesmo barco que hoje estamos não tem saída. Não há alternativa sob o ponto de vista ecológico, econômico e ambiental. Nós estamos fadados a cada vez mais ter que se adequar e conviver com as mudanças no clima. Isso não significa dizer que estamos caminhando para um aquecimento global, como querem alguns. Inclusive sou bastante reticente à forma como politicamente são tratadas as questões do efeito estufa, a precificação do preço do carbono e todas as estratégias que o mercado nos impõe, pois tais perspectivas

CONT.



não conseguem resolver, de forma eficaz, os pontos que estão por trás desta lógica.

O debate sobre o futuro energético não deve se restringir à redução das emissões de gases de efeito estufa, como hoje governos, empresas, amparadas pela mídia internacional definem. A questão central é de qual escala de consumo queremos para assegurar a qualidade de vida de todos os habitantes do planeta, considerando a escassez dos assim denominados "recursos naturais" e a vulnerabilidade climática. E a esta questão, o sistema capitalista não está nos oferecendo respostas.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Célio Bermann – Sim, eu queria acrescentar ao que já foi dito, com relação às consequências das mudanças climáticas. Tenho acompanhado algumas evidências no que se refere ao processo de alteração do regime hidrológico em escala planetária. Gostaria de chamar a atenção dos colegas que hoje estão envolvidos na concepção de empreendimentos hidrelétricos, como os engenheiros elétricos, civis e mecânicos, para a necessidade de abandonar os métodos que são hoje empregados para a definição de aproveitamentos hidrelétricos em função da alteração do regime hidrológico no planeta. Não é mais possível se basear em dados históricos de vazões máximas e mínimas, aferidos ao longo dos últimos 80 ou 100 anos. Estamos vivenciando em ritmo cada vez intenso alterações significativas no regime hidrológico dos rios.

Em minha visita à região de Porto Velho, Rondônia, após a chamada "cheia histórica" ocorrida em fevereiro e março de 2014, que redundou no aumento do volume de água e nos consequentes alagamentos em Porto Velho e em várias regiões do Rio Madeira, chegando a alcançar áreas na Bolívia, -o objetivo era analisar a pertinência da relação entre a escala com que as cheias se deram, e a construção dos dois barramentos, Jirau e Santo Antônio.

Essa perspectiva, inclusive, tinha sido abraçada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, que conseguiram uma liminar para se realizar essa avaliação. O que aconteceu foi que tanto o governo federal quanto as empresas geradoras acabaram transformando aquela iniciativa dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, e, também, do juiz da região que havia dado ganho de causa para a necessidade de se estudar esta relação, em algo esquecido.

A "ótimação energética", que baliza os estudos de inventário, deve ser abandonada em função dos riscos e da imprevisibilidade do regime hidrológico sob efeito das mudanças climáticas. Portanto, o princípio da precaução me parece fundamental à nova forma de se projetar barramentos hidrelétricos, particularmente na Amazônia.

O princípio da precaução significa reduzir a capacidade de geração de forma a se adaptar a possíveis alterações hidrológicas de grande monta. As mudanças climáticas e a alteração do regime hidrológico demonstram riscos cada vez maiores na construção de usinas hidrelétricas. Não estou com isso demonizando-as, mas há que se definir critérios objetivos que preservem populações e garantam que as obras possam operar sem afetar a vida de populações. E disso,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19/ 2015

Brasília, 02 de fevereiro de 2015.

estamos muito longe, submetidos que ainda estamos a uma obsessão burra e cega a problemas conhecidos e sistematicamente desconsiderados.

Audiência pública debate licenciamento de área reivindicada por índios

SÍTIO JORNAL OPÇÃO, 02.02.2015



Apinajés reivindicam posse de terra no Norte do Estado: área foi afetada pela concessão de licenças ambientais | Foto: Divulgação

O Ministério Público Federal no Tocantins, por intermédio da Procuradoria da República em Araguaína, promove nesta sexta-feira, 6, em Tocantinópolis, audiência pública para debater o licenciamento ambiental concedido para desmatamento no entorno da Área Indígena Apinajé, no Norte do Estado. O objetivo é identificar possíveis atuações destinadas a evitar ou reduzir os transtornos e lesões a direitos dos indígenas que foram diretamente atingidos por licenças ambientais concedidas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) sem a participação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Durante a audiência pública, o Naturatins deverá explicar como é o procedimento ambiental em áreas que afetam os direitos indígenas e se o órgão obedece à Instrução Normativa nº 01/2012, que estabelece normas sobre a participação da Funai no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividade causadora de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas, além de expor as providências e soluções para evitar ou reduzir os transtornos aos índios.

Manifestação

No dia 16 de janeiro, índios apinajé interromperam o fluxo de veículos em um trecho da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 19/ 2015

Brasília, 02 de fevereiro de 2015.

rodovia TO-210 nas proximidades de Tocantinópolis, que só foi liberado após intermediação do Ministério Público Federal. Os índios manifestavam contra o desmatamento do território, que é reivindicado como terra indígena e está em processo de regularização fundiária, mas recebeu licença para o desmatamento.

BR-163 volta a ser fechada por indígenas e impasse já dura três dias

SÍTIO OLHAR DIRETO, 02.02.2015



Foto: Reprodução/Vídeo/PRF

Da Redação - Wesley Santiago

Os cerca de 50 índios das etnias 'Terena' e 'Maben-Grokre' fecharam novamente a o trecho entre Itaúba e Nova Santa Helena (km 943), na BR-163. O bloqueio da pista foi feito por volta das 09h30 desta segunda-feira (02). Os indígenas pedem melhoras na saúde e infraestrutura e a saída de uma servidora do Sesai (Serviço Especial de Saúde Indígena). O impasse já dura três dias.

De acordo com as informações da assessoria de imprensa da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o local voltou a ser fechado por volta das 09h30 desta segunda-feira (02). O novo bloqueio acontece no mesmo local em que os outros estavam sendo feitos. Nenhum veículo está autorizado a passar por este trecho da BR-163.

O bloqueio da BR-163 pelos indígenas aconteceu pela primeira vez na sexta-feira (30) ao meio-dia. Depois de 25 horas de bloqueio, a estrada foi parcialmente liberada na manhã de sábado (31), mas voltou a ser bloqueada na tarde do mesmo dia. No domingo (01), houve uma nova abertura da pista, porém, nesta manhã a rodovia foi 'trancada' novamente.

CONT.



Já foi pedida a intervenção da Funai (Fundação Nacional do Índio) e do Ministério da Justiça para acabar com o problema, que já três dias. Na tarde da última sexta-feira (30), o clima ficou tenso entre as partes. Os índios estavam armados com arco e flecha e os motoristas empunhavam facas e facões. Porém, não houve confronto e os ânimos foram acalmados pelos agentes da PRF.

Segundo as informações da PRF, eles cobram melhorias na saúde e infraestrutura, além de pedir a saída de uma coordenadora do Sesai (Serviço Especial de Saúde Indígena) que está no cargo a menos de oito meses e suspendeu contratos e convênios superfaturados, além de demitir alguns índios que possivelmente estariam envolvidos.

A Polícia Rodoviária Federal pede que os condutores evitem o trecho. O caminho alternativo indicado é o que liga Cláudia e Santa Helena. Ainda não há previsão para que este impasse termine. O cacique Sirenio, que é o líder do movimento, ressaltou que a pista não será liberada até que haja a exoneração da coordenadora do Sesai.



Castigos infligidos a indígenas, dentro da aldeia, não afrontam a lei

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 02.02.2015

Por Jomar Martins

A aplicação de sanções penais e disciplinares, pelo cacique da aldeia, não se constitui crime aos olhos da lei. Isso porque, o artigo 231 da Constituição Federal reconhece a organização social, os costumes e as tradições indígenas. E a Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio), em seu artigo 57, diz que estas sanções são toleradas, desde que não se revistam de caráter cruel ou infamante. Os fundamentos levaram a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a manter, na íntegra, sentença que negou indenização a uma índia caingangue castigada no interior da Aldeia Toldo Chimbanguê, localizada em Chapecó (SC).

O caso envolveu uma índia que revoltou-se porque um dos filhos foi chamado a esclarecer alguns atos de vandalismo e pequenos furtos no local. Ao tirar satisfações, ela mordeu e ofendeu o cacique. Como punição, o cacique mandou amarrá-la num tronco de árvore por 15 minutos. Ele disse que este tipo de castigo é aplicado desde a formação da comunidade e que foi insignificante diante da gravidade da conduta.

Além destes dispositivos, o juiz Guilherme Gehlen Walcher, da 1ª Vara Federal de Chapecó, citou, especialmente, o artigo 2º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No item “b”, este diz que deve haver respeito pela identidade social e cultural, pelas instituições e pelos costumes e tradições dos indígenas.

Walcher ressaltou, entretanto, que o princípio da autonomia das comunidades indígenas não é absoluto, podendo ser afastado quando atentar contra o princípio da dignidade da pessoa humana. Neste caso, observou com base na doutrina de Edilson Vitorelli Diniz Lima, o conceito de dignidade humana deve ser analisado sob o ponto de vista da comunidade indígena — e não da sociedade dominante na qual está inserida. “O Estado vai apenas até esse ponto, até o ponto de avaliar se há ou não intolerável violação de um parâmetro mínimo constitucional. Esse mínimo deve ser interpretado restritivamente, uma vez que, se a ideia for extensiva, tudo fere a dignidade humana, que é um conceito extremamente aberto”, minucia Vitorelli.

Nos dois graus de jurisdição, ficou evidenciado que as atitudes da autora forçaram o cacique a tomar esta atitude, imobilizando-a até arrefecer seu estado de ânimo, a fim de evitar maiores transtornos. Tudo em conformidade com as regras consuetudinárias da aldeia — ou seja, fundadas em práticas e condutas já sedimentadas naquele grupo social.

“Se houvesse má-fé ou intuito de machucar, prejudicar, abusar, presumo que a autora teria sido mantida por maior período de tempo. O curto período é fato indiciário de que a liderança procurou aplicar a penalidade pelo tempo mínimo necessário para arrefecer os ânimos”, escreveu Walcher na sentença. O acórdão que confirmou a decisão foi lavrado na sessão de 16 de dezembro.

[Clique aqui](#) para ler o acórdão.

Inkra recebe imissão na posse de primeiro território quilombola

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.02.2015

Autarquia recebe posse da fazenda Bocaina do Passa Três. Expectativa é que remanescentes de quilombos entrem na área até março



Fazenda fica nas cidades de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, região norte de Goiás

A Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Goiás recebe imissão na posse da primeira área quilombola do estado.

A juíza Raquel Soares Chiarelli, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Vara Única de Uruaçu, concedeu à autarquia posse da fazenda Bocaina do Passa Três, situada nas cidades de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, região norte de Goiás, território do Quilombo Tomás Cardoso.

A decisão foi proferida na última quarta-feira (28). A expectativa é que os remanescentes de quilombos entrem na área até março deste ano.

Para o superintendente regional do Incra em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá Correia, começar o ano com uma vitória importante como a imissão de uma área quilombola incentiva a continuidade do trabalho pela democratização do acesso a terra.

“Entendemos que a terra para essas comunidades não é uma questão de posse apenas, mas tem a ver com a sua própria existência”, esclareceu.

De acordo com a presidente da Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Tomás Cardoso, Adelina Borges das Chagas, cerca de 40 famílias vão morar na fazenda.

Ela conta que eles estão ansiosos para plantar e criar animais em suas terras, além de aprimorar o artesanato, como resgate da cultura negra.

Adelina lembra que foram oito anos de luta até a publicação da portaria de reconhecimento da comunidade no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de outubro de 2014. “Valeu a pena esperar. É uma vitória grande de todos nós”, celebra.

CONT.



Regularização quilombola

Essa será a primeira regularização de um território quilombola no estado de Goiás. Atualmente, há 13 processos de regularização em andamento na Superintendência.

O Incra é o órgão responsável pela regularização territorial das comunidades de descendentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares. Após a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Incra, a Presidência da República edita um decreto de desapropriação.

O imóvel é desapropriado pela autarquia e repassado à posse comunitária dos descendentes de quilombos que perderam suas terras.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Povo Munduruku entrega proposta de consulta ao ministro Rossetto
SÍTIO PORTAL VERMELHO, 02.02.2015



O ministro Miguel Rossetto se comprometeu em analisar a proposta do povo indígena

Aconteceu na última quinta-feira (29), no auditório do Palácio do Planalto, em Brasília, um encontro do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, com cerca de 30 lideranças indígenas, representantes de ribeirinhos e comunidades do rio Tapajós.

Na ocasião, o cacique do povo Munduruku, Juarez Sow, entregou ao ministro uma carta com proposta de consulta baseada na Convenção 169 da Organização Internacional do trabalho. Cujas resolução permite aos povos indígenas o direito de consentirem ou não com o uso de parcelas de seu território para empreendimentos que os afetem.

O ministro garantiu que cabe ao Estado garantir os direitos dos povos indígenas. "Vocês fazem parte da nação brasileira e são portadores de direitos (...) é nossa responsabilidade garanti-los", afirmou.

O documento entregue pelo cacique será analisado pela Secretaria Geral, pelo Ministério da Justiça, pela Funai, e por outros órgãos responsáveis pela política indigenista no país.

Do Portal Vermelho,
Mariana Serafini, com MDA

Lei pode favorecer a grilagem de terras; secretária deve revogá-la
SÍTIO RD NEWS, 02.02.2015



Seringueiros e extrativistas são contra a lei por reduzir a reserva natural do local para beneficiar a ocupação ilegal da área

Jacques Gosch

A secretária estadual de Meio Ambiente (Sema), Ana Luiza Peterlini, que é promotora de Justiça na área ambiental, está diante do primeiro desafio da gestão. Busca revogar a Lei 10.261 de 22 de janeiro de 2015, de autoria do deputado estadual Zé Domingos Fraga (PSD), aprovada pela Assembleia e sancionada pelo governador Pedro Taques (PDT), que disciplina a regularização fundiária nos limites da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, localizada entre Colniza e Aripuanã, no extremo Norte de Mato Grosso, que compreende quatro reservas. Criada em 1999, a área possui mais 57,6 mil hectares.

Integrantes do Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF) consultados pelo Rdnews consideram a legislação absurda. Na avaliação dos promotores e procuradores da República, o texto favorece a grilagem de terras e a exploração ilegal de madeira porque

CONT.



flexibiliza os marcos legais da área de preservação. Isso porque vai regular a situação dos grileiros que ocuparam o local ilegalmente.

Na manhã desta quinta (28), Ana Luiza Peterlini se reuniu com representantes das Associações dos Extrativistas da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. Por meio da assessoria, a gestora afirmou que ficou sensibilizada com a manifestação dos extrativistas e seringueiros que solicitaram o apoio do Estado no sentido de promover ações que garantam a forma de ocupação territorial na região. Além disso, informou que o governo do Estado e a Sema já estudam uma forma de rever a sanção da Lei.

Os marcos legais da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, que sofreram outras tentativas de alteração, estavam respaldados por Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) julgada em agosto de 2014. Além disso, uma liminar deferida pela Comarca de Terra Nova do Norte também impedia qualquer mudança.

Segurança Jurídica

Zé Domingos Fraga afirma que a Lei não privilegia grilagem nem extração ilegal de madeira. Segundo o social-democrata, o objetivo é garantir segurança jurídica aos produtores rurais dos assentamentos Terra Nova I e II que estão na área há mais de 20 anos sem acesso a nenhum tipo de financiamento porque as terras não são tituladas.

De acordo com Zé Domingos, a legislação garante o direito dos produtores rurais sem que as unidades de proteção integral e extrativista percam a finalidade. "As áreas onde estão os agricultores são produtivas, mas estão degradadas. A regeneração não será possível nem daqui a 20 anos. Por isso, nos preocupamos em regularizar a situação dos assentados sem prejuízo para as comunidades nativas. Os ex-governadores Blairo Maggi e Silval Barbosa tentaram resolver a situação e não conseguiram. Agora, acredito que a solução está bem encaminhada", conclui.



MPF/PA: Índios Munduruku e ribeirinhos entregam ao governo protocolo para consulta prévia da usina São Luiz do Tapajós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.02.2015

O governo está obrigado a fazer a consulta nos moldes da Convenção 169 da OIT e por força de decisão judicial do Superior Tribunal de Justiça antes de qualquer licença para a obra

MPF/PA

Uma comitiva de índios Munduruku e ribeirinhos do assentamento Montanha e Mangabal, ameaçados de graves impactos pelo empreendimento da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós, estiveram na última sexta-feira, 30 de janeiro, no Palácio do Planalto em Brasília, para entregar ao ministro Miguel Rosseto, da Secretaria-Geral da Presidência da República, os protocolos de consultas que elaboraram. Os protocolos detalham como eles querem ser consultados sobre a obra, direito assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho nunca cumprido pelo governo brasileiro em nenhuma obra de usina na Amazônia.

No encontro com o ministro Rosseto, o cacique Juarez Saw, líder das aldeias Munduruku que serão alagadas se a usina for construída, entregou o documento. "Viemos aqui numa viagem de quatro dias. Estamos aqui porque viemos trazer o nosso protocolo de consulta. Vamos entregar o protocolo para o senhor em duas vias e queremos uma via assinada para levar para nossa comunidade. Nós vamos entregar o protocolo, mas não entendam que a entrega desse protocolo seja o fim das discussões sobre a consulta", disse. "Nós vamos entregar e queremos apenas abrir o espaço para mais discussões e discutir mais o que é protocolo e consulta prévia." Os ribeirinhos do assentamento Montanha e Mangabal, também diretamente atingidos, entregaram o seu próprio protocolo.

O ministro recebeu os documentos. "Cacique Juarez, a representação dos ribeirinhos, vocês fazem parte da nação brasileira e são portadores de direitos e vocês falaram sobre isso, sobre direitos que a nossa constituição assegura e é nossa responsabilidade de governo assegurar esses direitos. É minha responsabilidade como ministro de Estado trabalhar nessa direção, apoiar, participar com meus colegas de governo nesse caso especialmente a Funai e o Ministério da Justiça, que têm a responsabilidade legal para traduzir a Constituição brasileira e portanto assegurar esse direito", disse o ministro.

Em outras usinas hidrelétricas que impactam terras indígenas o governo brasileiro nunca assegurou o direito da Consulta Prévia. No caso de São Luiz do Tapajós, ao apresentar no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma suspensão de segurança contra o Ministério Público Federal (MPF) pela continuidade dos estudos para o licenciamento da usina, o governo brasileiro obteve decisão autorizando os estudos, mas, em contrapartida, o ministro Félix

CONT.



Fischer ordenou que nenhuma licença ambiental pode ser emitida sem a realização da consulta prévia.

Durante o ano de 2014, os Munduruku, povo com mais de 12 mil pessoas que vive em 130 aldeias ao longo do alto e médio curso do Tapajós, construíram o protocolo que determina em que bases se dará essa consulta. Pelo menos três dessas aldeias, Karo Muybu, Sawré Muybu e Dace Watpu seriam alagadas em caso de construção da usina, obrigando a remoção forçada dos indígenas. Por isso, a premissa mais importante do protocolo de consulta elaborado pelos Munduruku é que nenhum diálogo poderá ser iniciado antes da demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu.

O documento determina: "Os Munduruku de todas as aldeias – do Alto, Médio e Baixo Tapajós – devem ser consultados, inclusive daquelas localizadas em terras indígenas ainda não demarcadas. Nos não queremos que o governo nos considere divididos: existe só um povo Munduruku. Devem ser consultados os sábios antigos, os pajés, os senhores que sabem contar história, que sabem medicinas tradicionais, raiz, folha, aqueles senhores que sabem os lugares sagrados".

A demarcação do território que agora o governo quer alagar começou há 13 anos. Em 2013, os trabalhos de campo para delimitação foram concluídos e foi elaborado o Relatório Circunstanciado de Identificação de Delimitação, RCID, cuja publicação no Diário Oficial dá início ao processo de demarcação propriamente dito, com abertura para contestações. Mas o governo federal ordenou a paralisação do processo, sem a publicação do relatório. Com isso, os Munduruku na prática são tornados invisíveis e poderão ser vítimas de remoção forçada, vedada pela Constituição brasileira.

Durante a ida à Brasília, os Munduruku tiveram reunião também com o presidente da Funai, Flávio Braz, que foi cobrado pela recusa em publicar o relatório, já objeto de ação judicial do MPF no Pará (MPF/PA). Ele não se comprometeu com a publicação. Afirmou que precisa ouvir outros órgãos governamentais e pode concluir a consulta até o final de 2015. "Os outros órgãos de governo que também tem interesse naquela área, principalmente em razão da hidrelétrica e em razão da Flona (floresta nacional para exploração madeireira) eles pediram para se manifestar no processo", disse.

O presidente da Funai foi refutado pelo procurador da República Camões Boaventura, que acompanhou a reunião. "Só pode haver contestação, seja de particulares, seja de outros órgãos interessados no território, após a publicação do RCID, isso está definido em lei. É isso que os Munduruku e o Ministério Público Federal estão cobrando do governo, o cumprimento do rito de demarcação" disse.



Boletim de Notícias - Edição nº 19/ 2015

Brasília, 02 de fevereiro de 2015.

Mato Grosso questiona Governo Federal sobre demarcações no Araguaia

SÍTIO MÍDIA NEWS, 02.02.2015

A portaria dispõe sobre a retomada de áreas pela União



Reprodução

DA REDAÇÃO

O Governo de Mato Grosso busca esclarecimentos junto ao Governo Federal sobre a demarcação de terras no Vale do Araguaia. Dois ofícios foram protocolados pelo procurador-geral de Mato Grosso, Patryck Ayala, nesta sexta-feira (30), na Secretaria de Patrimônio de União (SPU) e na Fundação Nacional do Índio (Funai) questionando a eficácia da Portaria 294/2014.

A portaria dispõe sobre a retomada de áreas pela União e, em Mato Grosso, atingirá os municípios de Luciara, Canabrava do Norte, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia.

No primeiro ofício, o procurador-geral de Mato Grosso questiona a finalidade da Portaria expedida pela União. "Não temos conhecimento formal do que se trata", alertou Patryck. No segundo documento, ele cobra dados sobre o número, a extensão e a localização das terras indígenas demarcadas ou ampliadas em Mato Grosso. Também indaga sobre o aumento de demarcações após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Raposa-Serra Sol, em Roraima.

CONT.



Além do procurador de Mato Grosso, prefeitos, associações de municípios e parlamentares de Mato Grosso e Tocantins procuraram a SPU para obter esclarecimentos

Conforme informações da SPU, o reconhecimento e a garantia de direitos é o principal objetivo da política de regularização do órgão. A secretária responsável, Cassandra Maroni Nunes, frisou que os agricultores da região poderão comprovar a posse de suas áreas. "A demarcação não significa que a União não possa reconhecer ou regularizar os títulos já existentes".

Segundo ela, a SPU procurará os governos estaduais de Tocantins e Mato Grosso para reconhecimento dos títulos emitidos anteriormente. A secretária também anunciou a formação de um Grupo de Trabalho com os prefeitos para que o processo de demarcação seja acompanhado de forma transparente e colaborativa.